

## INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

## Edital 61/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
61/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	THAIS CAMPOS PEREIRA ASSUMPCAO	04/05/2026 10:45 (v 0.6)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.002421/2025-85

## 1. DO OBJETO

## PREGÃO ELETRÔNICO

90066/2026

## CONTRATANTE (UASG)

254445

## OBJETO

**registro de preços** Aquisição de DESINFETANTES DAS MARCAS CHEMITEC E DIVERSEY/DIVOSAN E GEL ALCOOLICO E SABONETE LIQUIDO DA MARCA DIVERSEY

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

## SIGILOSO

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

menor preço por item

## Modo de disputa:

aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90066/2026

(Processo Administrativo nº 25386.002421/2025-85)

Torna-se público que o(a) Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por meio do(a) INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS, sediado(a) Av. Brasil nº 4.365 - Manguinhos – RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de DESINFETANTES DAS MARCAS CHEMITEC E DIVERSEY/DIVOSAN E GEL ALCOOLICO E SABONETE LIQUIDO DA MARCA DIVERSEY, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em caso de divergência entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

*3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

*4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.*

*4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.*

*4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.*

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

*5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrite como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021 .

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. *valor unitário* total do item;
- 6.1.2. *marca*;
- 6.1.3. *fabricante*;
- 6.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de .....*
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante *[NÃO]* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, **com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula (Ex: R\$ 0,00)**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **5% (cinco por cento)**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.19.3. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

7.20.2. empresas brasileiras;

7.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a executabilidade da proposta.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.



## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/~~Projeto Básico~~, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0..](https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0..)

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**14.16. Serão observados os termos a Portaria nº 1/2026- Dosimetria de Sanção, sobre as condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Fiocruz**

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao@bio.fiocruz.br](mailto:licitacao@bio.fiocruz.br)

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2 .Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência e concordância

16.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo IV – Especificação Complementar;

16.11.5. Anexo V - Portaria nº 1/2026- Cogead

*Rio de Janeiro 04 de maio de 2026*

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JUNILTON BARBOSA SILVA**

Chefe de Divisão

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Atualizada Anexo I Termo de Referencia e seus anexos.pdf (1.2 MB)
- Anexo II - Atualizada Anexo II Minuta do Contrato.pdf (135.94 KB)
- Anexo III - Atualizada Anexo III - Minuta de ata.pdf (144.95 KB)
- Anexo IV - Atualizada Anexo IV- Especificacoes Complementares.pdf (694.81 KB)
- Anexo V - Anexo V- Portaria 1-2026 Dosimetria.pdf (7.29 MB)



INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Termo de Referência 124/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
124/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	THAIS CAMPOS PEREIRA ASSUMPCAO	04/05/2026 09:52 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.002421/2025-85

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de desinfetantes da marca chemitec e divesey/divosan e gel alcoolico e sabonete liquido das marcas diversey/divosan, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item RCO	Item	Nat. Desp	Material / Serviço	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	2613	22	DESINFETANTE AMONIA QUATERN;50%; QUATERMON,CHEMITEC;CX12FR	FR	24,00	SIGILOSO	SIGILOSO
2	36026	11	GEL,ALCOOLICO;70%;REFIL;100872527,JOHNSON DIVERSEY;CX6UN	CX	135,00	SIGILOSO	SIGILOSO
3	57766	11	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026,DIVERSEY;BN 6KG	BN	312,00	SIGILOSO	SIGILOSO
4	64854	22	SABONETE,LIQ;ANTISSEPTICO;101109648,JOHNSON DIVERSEY;CX 6UN	UN	132,00	SIGILOSO	SIGILOSO

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do pedido da FIOCRUZ/BIO-MANGUINHOS para as entregas decorrentes da ata de registro de preços ou da data consignada na cláusula de vigência contratual quando utilizado o termo de contrato, prorrogável na forma do art., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000007/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;

III) Id do item no PCA: 302, 246

VI) Classe/Grupo: 684

V) Identificador da Futura Contratação: 254445-23/2026

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Conforme Consulta aos Critérios de Sustentabilidade e com base em análise técnica, não foram identificados critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto da presente contratação.

Ressalta-se que o objeto não se enquadra nas categorias para as quais há diretrizes sustentáveis estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicado pela AGU.

Dessa forma, a não exigência de critérios de sustentabilidade se justifica pela ausência de parâmetros técnicos aplicáveis ao caso concreto, bem como pela necessidade de assegurar a adequada competitividade, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação de marca CHEMITEC para o item 01, DIVERSEY/DIVOSAN para o item 03 e JHONSON DIVERSEY para os itens 02 e 04

### **Subcontratação**

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1. A Administração avaliou que o objeto contratual em questão refere-se ao fornecimento de material de consumo, cuja natureza, de uso rotineiro e substituível, aliada ao baixo risco de inadimplemento com impacto relevante, justifica a não imposição de garantia de execução contratual.

Portanto, a dispensa da exigência de garantia contratual para este fornecimento se revela adequada, proporcional e eficiente, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público, conforme preceitua o art. 2º da Lei nº 9.784/1999.

4.5. Informamos que esta Administração deixará de adotar as determinações contidas no artigo 8º do Decreto nº 8.538/2015, no que se refere ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento), visto que o sistema integrado (ERP) utilizado pela unidade, não permite a divisão do mesmo item, ou seja, toda vez que o item é dividido e o sistema identifica que trata-se do mesmo material, o próprio sistema agrupa os valores num item único, comprometendo todas as etapas posteriores do processo, como por exemplo, a elaboração das Ordens de Fornecimento (OF's) e emissão de notas de empenho.

4.6. Consultamos o link <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/RESOLUCAO-CICS-MGI-NO-8-ANEXO-I.pdf> e não identificamos a existência de legislação aplicável relativa à margem de preferência para os itens constantes nessa aquisição.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens será de 30 (trinta) dias, contados do pedido da Contratante, quando enviado por endereço eletrônico, formulado sob Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de entrega, ou da data consignada na cláusula de vigência contratual, quando utilizado termo de contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado de Bio-Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900, Rio de Janeiro – RJ – Horário: 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:00. As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio junto ao Almoxarifado de Bio-Manguinhos através do e-mail: [agendarecebimento@bio.fiocruz.br](mailto:agendarecebimento@bio.fiocruz.br) e pelos telefones: (21) 3882-7017 ou (21) 3882-9468, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. Multa

1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05% (cinco centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias
2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
  1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.
5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (meio por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.
6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/03/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral, de acordo com cada pedido da Administração.

### **Crítérios de aceitabilidade de preços**

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa a tabela constante no item 15 deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;



- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

- 9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.
- 10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.
- 10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

# 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/unidade: 254432;
  - II) Fonte de recursos: 1002000000;1001000000
  - III) Programa de trabalho: 10305512320YE0001 e
  - IV) Elemento de despesa: 339030.

# 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, demonstrado no item 15, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

# 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

## 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho /Carta Contrato/ Autorização de Entrega OU [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

Prazo definido pela Administração.

Redação adaptada.

- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e /ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

OU

2.8. O prazo de vigência da contratação é de .....(máximo de um ano) contados do(a) ..... (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

#### 3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Prazos definidos pela Administração.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readaptação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

- 5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.
- 5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação..

5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão /Concorrência /Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

*[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A decisão de manter o orçamento estimado sob sigilo justifica-se pela necessidade de assegurar a obtenção de propostas mais vantajosas à Administração Pública, alinhadas aos preços efetivamente praticados no mercado. A divulgação prévia do orçamento poderia induzir os licitantes a apresentarem propostas próximas ao valor estimado, reduzindo a competitividade do certame e limitando a possibilidade de obtenção da melhor proposta. Dessa forma, o sigilo do orçamento contribui para a preservação da isonomia entre os licitantes, o estímulo à competição e a maximização do interesse público, nos termos da legislação vigente.]*

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JUNILTON BARBOSA SILVA**  
Chefe de Divisão

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP\_254445\_000014\_2026\_\_6\_.pdf (1.02 MB)



## INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

**Estudo Técnico Preliminar 14/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 25386.002421/2025-85

**2. Descrição da necessidade**

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar cenários para atender à demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções propostas. O ETP subsidia o processo de contratação, conforme estabelece o artigo 18, inciso II, da Lei 14.133/2021, e está em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/2022, fornecendo as informações necessárias para garantir a eficiência, vantajosidade e sustentabilidade da contratação pública.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, é responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a outros órgãos públicos. Sua missão é garantir o acesso a produtos essenciais para a saúde pública, contribuir para a autonomia tecnológica do Brasil e promover inovação no setor de biotecnologia. Bio-Manguinhos desempenha um papel estratégico na proteção e prevenção de doenças por meio da oferta de soluções biotecnológicas.

A instituição tem investido na ampliação de seu parque industrial, na produção de vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, além de desenvolver novas tecnologias e produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que impactam a saúde pública do país. As diretrizes de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação são definidas com base em critérios como a situação epidemiológica do Brasil, a demanda dos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto e sua viabilidade econômica, bem como a capacidade científica e tecnológica, além do financiamento e gerenciamento.

Para atender plenamente à demanda do Ministério da Saúde por imunobiológicos, Bio-Manguinhos elaborou um planejamento para a aquisição de materiais de consumo, os quais estão incluídos no Planejamento Anual Orçamentário e associados às iniciativas estratégicas da unidade. Essa aquisição é fundamental para garantir a continuidade da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, permitindo à instituição cumprir sua missão de proteger a saúde pública e promover a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto no Brasil. Além disso, o investimento em materiais assegura o desenvolvimento de novas tecnologias e aumenta a capacidade de resposta do país diante de desafios epidemiológicos.

A contratação de serviços e produtos no âmbito da saúde pública, como os oferecidos pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, é de extrema importância para garantir o acesso da população a vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos. Essa essencialidade está diretamente ligada à missão da instituição de proteger a saúde pública, promovendo a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que afetam a qualidade de vida da população brasileira.

De acordo com o previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, o interesse público está intrinsecamente relacionado à necessidade de garantir a disponibilização contínua de produtos essenciais à saúde. A produção e o fornecimento de imunobiológicos não respondem apenas a uma demanda imediata, mas também ao imperativo de inovação e autonomia tecnológica do Brasil no setor de biotecnologia. Essa estratégia é vital para enfrentar os desafios epidemiológicos e assegurar que a população tenha acesso a tratamentos eficazes e preventivos.

Dessa forma, a contratação com Bio-Manguinhos fortalece a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender às necessidades da população, contribuindo para a implementação de políticas públicas de saúde que buscam aumentar a cobertura vacinal e a eficácia no diagnóstico e tratamento de doenças. Assim, a essência dessa contratação reside em garantir não apenas a continuidade da produção de itens essenciais, mas também em promover a saúde e o bem-estar da sociedade como um todo.

#### **Pedido de compra nº 220027**

O item 2613 é utilizado na etapa de desinfecção das peças dos equipamentos, sendo essencial para garantir condições adequadas de higiene e biossegurança durante os processos analíticos.

O objetivo da contratação é assegurar a desinfecção e a descontaminação das peças utilizadas nos equipamentos, prevenindo contaminações cruzadas e garantindo a confiabilidade dos resultados analíticos.

O material é destinado às análises de Controle de Qualidade de reagentes para diagnóstico, sendo fundamental para assegurar a aptidão, a confiabilidade e a qualidade dos itens produzidos. A correta desinfecção dos equipamentos impacta diretamente a integridade dos ensaios e a conformidade dos produtos finais.

A escolha da marca Chemitec (Quatermon) está diretamente relacionada aos processos já estabelecidos e validados na área de Controle de Qualidade, sendo o produto rotineiramente utilizado na descontaminação e desinfecção das peças dos equipamentos. A utilização de outras marcas pode comprometer a compatibilidade com os equipamentos e os procedimentos existentes, não sendo possível garantir, nesses casos, o mesmo desempenho, eficácia e segurança operacional.

#### **Pedido de compra nº 221107**

A Seção de Amostragem necessita de desinfetante adequado para higienização de áreas, bancadas e equipamentos utilizados na amostragem de matérias primas. A falta ou insuficiência do produto compromete a manutenção das Boas Práticas (BPx), podendo resultar em contaminação ambiental e impacto direto na confiabilidade dos ensaios realizados.

O desinfetante DIVOSAN será utilizado na higienização rotineira de superfícies e ambientes laboratoriais, garantindo condições seguras e controladas para a execução de atividades. Sua ação assegura a redução de biocarga e a prevenção de contaminações, contribuindo para a segurança dos profissionais e a integridade das amostras.

A higienização adequada é elemento essencial dentro das rotinas de controle de qualidade, impactando diretamente a validade e rastreabilidade dos resultados analíticos. O DIVOSAN será utilizado no contexto de apoio às rotinas de CQ, alinhando-se às práticas institucionais de segurança, conformidade regulatória e excelência operacional.

A marca DIVERSEY, fabricante do desinfetante DIVOSAN, atende de forma eficaz às necessidades de higienização, garantindo confiabilidade e conformidade com os padrões estabelecidos pelo setor. O produto possui eficácia comprovada, estabilidade e desempenho superior quando comparado a outras marcas, assegurando a descontaminação adequada de superfícies e ambientes laboratoriais. Dessa forma, o DIVOSAN apresenta as características essenciais para atender aos requisitos técnicos e de segurança das rotinas de CQ.

A quantidade solicitada foi definida com base no consumo regular do setor, considerando a necessidade diária de higienização das áreas e superfícies utilizadas nas rotinas de Controle de Qualidade. Essa estimativa leva em conta o volume de trabalho atual, a frequência de limpeza exigida pelos POPs e a manutenção de um estoque mínimo de segurança que evite interrupções nas atividades. Dessa forma, a quantidade proposta atende adequadamente à demanda operacional e garante continuidade às rotinas de CQ sem risco de desabastecimento.

#### **Pedido de compra nº 221108**

O item 57766 será utilizado na Sanitização das salas limpas da Seção de Meio de Cultura (SEMEC).

O Objetivo da contratação é garantir que os processos de sanitização das salas limpas da Seção de Meio de Cultura (SEMEC) sejam realizados de forma eficiente e sem interrupções. O item é indispensável para que ocorra a correta limpeza das áreas de acordo com as diretrizes institucionais de Bio-Manguinhos. A ausência desse item comprometeria diretamente a continuidade dos trabalhos e a entrega de meios de cultura e soluções para atendimento ao controle de qualidade no prazo solicitado.

A marca DIVERSEY é a única que atende aos interesses da área. O item é empregado em metodologia validada e estabelecida em procedimento operacional padrão, descrito no documento interno PBP1516 e no PRG0015, somente podendo ser adquirido através da marca indicada.

A falta deste item impede a sanitização correta da área e do descumprimento do PRG0015, além do aumento dos riscos de contaminação dos produtos e consequentemente perdas de lote, uma vez que não haverá a correta limpeza da área.

#### **Pedido de compra nº 221109**

O item 57766 é utilizado para limpeza das superfícies das áreas produtivas localizadas na Divisão de Envase do Pavilhão Rockefeller (DIEVA-PRF) e rodas dos equipamentos. A unidade é responsável pelo envase do produto Vacina Febre Amarela (Atenuada) 05 doses. A limpeza com o item em questão busca minimizar a concentração de contaminantes nas áreas produtivas da DIEVA-PRF.

As áreas limpas farmacêuticas devem ser mantidas em um estado de controle microbiológico apropriado, através dos sistemas de HVAC, controle de entrada de materiais e de pessoal, utilização de técnicas de limpeza apropriadas, juntamente com a aplicação de detergentes e desinfetantes.

Considerando-se que os produtos farmacêuticos correm o risco de contaminação microbiana durante o processo de fabricação, os procedimentos devem estar adequados para garantir que o ambiente de fabricação se mantenha dentro do limite de partículas viáveis. Desta forma, a limpeza e desinfecção de áreas limpas é uma parte importante do controle de contaminação.

Nesse documento serão encontradas as diretrizes de preparo das áreas limpas, de equipamentos de produção e de materiais para uso em processo e diretrizes de limpeza para manutenção do estado de certificado durante as paradas de produção e intervalos de processo.

A marca DIVERSEY é a única que atende as especificações necessárias, visto que foi utilizada nos processos validados com resultados satisfatórios. Sendo assim, torna-se necessária a aquisição dos materiais da marca DIVERSEY, uma vez que é a única que atende a uniformização de técnicas, protocolos e resultados, não havendo fonte alternativa para aquisição dos mesmos.

#### **Pedido de compra nº 221110**

O item 57766 será utilizado pela Divisão de Envase da Vacina de Rotavírus (DIEVA-ROTA), vinculado ao Departamento de Processamento Final (DEPFI) de Bio-Manguinhos.

O item é de extrema importância e, fundamental, para a desinfecção de superfícies, para a realização do Envase da vacina de rotavírus. nas áreas produtivas da DIEVA-ROTA.

O desinfetante Divosan é utilizado no processo de limpeza de superfícies de áreas controladas, fundamental na principal etapa de controle e monitoramento de higienização e qualidade asséptica de áreas, para realização de processo garantindo a qualidade do produto, e portanto, faz parte das exigências de Boas Práticas de fabricação e, para atendimento as condições exigidas pelo projeto de transferência de Tecnologia (TT), fruto da celebração de um contrato de transferência do processo, sendo assim, parte integrante para a formulação e Envase da vacina contra Rotavírus, assinado entre Bio-Manguinhos/Fiocruz e GSK Biologicals.

A marca DIVERSEY como fornecedora deste item se deve as razões operacionais e contratuais, por atender, as especificações técnicas e qualidade exigida, a utilização de outras marcas poderia acarretar variações na eficiência e confiabilidade dos resultados, qualidade, e reprodutibilidade dos resultados. O item desta marca foi testado e aprovado em acordo firmado entre os parceiros, que utiliza a mesma em suas etapas de produção, o que nos faz seguir com o mesmo procedimento, não trazendo evidências de incompatibilidade com os resultados realizados.

Sendo assim, afirmo que somente a marca DIVERSEY, atende às nossas especificações, uma vez que o produto gerado apresenta confiabilidade e reprodutibilidade dos resultados garantindo assim o atendimento do cronograma assumido com o Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde. A utilização de outras marcas poderia acarretar descompromisso com o contrato assinado, além da variação na eficiência do produto, comprometendo a qualidade final.

### **Pedido de compra nº 221111**

A aquisição dos itens 36026, 57766 é de extrema importância, pois será utilizado nos vestiários e banheiros dos colaboradores do Departamento, nos banheiros localizados na portaria do Departamento de Processamento Final (DEPFI) e nas áreas de preparo de materiais para envase e formulação de Vacinas, Biofármacos e Diluentes para assepsia das mãos. O Desinfetante será utilizado pelas áreas produtivas para desinfecção das áreas limpas do Departamento.

Objetivo da Contratação: Gel: item essencial na assepsia correta das mãos, a fim de evitar contaminação dos produtos. Desinfetante: item essencial na limpeza das áreas limpas, a falta em questão, causa a parada de produção.

A ausência deste material implica em não proporcionar aos funcionários da área e principalmente aos operadores de área limpa a assepsia correta das mãos, o que pode acarretar contaminação dos produtos processados entrando em descumprimento às diretrizes das Boas Práticas de Fabricação, tendo como impacto a suspensão da produção de diluentes, vacinas e biofármacos, além de oferecer risco de contaminação biológica por falta de locais adequados para a armazenagem de resíduos biológicos provenientes dos envases e formulações. Foi feito um estudo de eficácia pela Garantia da Qualidade da marca citada, e foi constatado a aprovação para a finalidade requerida, para que assim possam atingir os padrões de Controle e Garantia de Qualidade de Bio-Manguinhos.

A marca JOHNSON DIVERSEY é a única que atende aos interesses da área, deve-se à necessidade de compra de produtos originais e preservação da confiabilidade e eficiência dos procedimentos de limpeza, ser compatível e oferecer maior durabilidade comprovada em testes, além do fato de apresentar o resultado esperado durante sua utilização, assegurando alta qualidade no resultado dos testes Microbiológicos. Os resultados satisfatórios registrados no PRG 0015 - LIMPEZA, DESINFECÇÃO E MONITORAMENTO EM ÁREAS LIMPAS foram alcançados utilizando esta marca JOHNSON DIVERSEY, ratificando assim o histórico de qualidade e ausência de variação. Por este motivo, somente a marca JOHNSON DIVERSEY atende as necessidades da Unidade.

As quantidades solicitadas tem como base o cumprimento do cronograma de produção para atendimentos das demandas produtivas do PMP. Sendo assim, a aquisição do item é imprescindível para que Bio-Manguinhos possa atender a demanda produtiva mencionada.

### **Pedido de compra nº 221112**

A aquisição do item 57766 é utilizada pela UO SELIV, no Centro de Produção de Antígenos Virais (CPAV), nas atividades de desinfecção química das áreas controladas e dos insumos produtivos da linha vacinal de Rubéola. A falta deste produto compromete a manutenção da carga microbiana controlada, colocando em risco a integridade asséptica das áreas e dos materiais processados.

Objetivo da contratação é garantir a eficácia microbiológica das rotinas de sanitização e desinfecção, conforme Procedimento PRG0015, assegurando compatibilidade com materiais e superfícies das áreas produtivas. O produto mantém a integridade asséptica e contribui para a estabilidade do ambiente controlado.

O desinfetante Divosan (Diversey) apresenta eficácia comprovada na esterilização química e estabilidade comprovada em processos validados, garantindo conformidade com os padrões regulatórios exigidos. Sua utilização assegura controle microbiano adequado e continuidade das atividades produtivas da vacina de Rubéola.

Estes atributos asseguram a confiabilidade procedimental durante a limpeza pré e pós processos das áreas produtivas e sanitização de insumos produtivos, que reforça a aderência ao planejamento estratégico e regulatório da instituição.

A aquisição da marca DIVERSEY se justifica pelos seguintes fatores: O insumo integra processos validados conforme Procedimento PRG0015; · Referenciado em documentos oficiais dos processos de produção, incluindo: RBP 1890, 1893; 1737 5162; 5169; 5570 e 5552. Trata-se de metodologia já estabelecida, com comprovação de validação documental aprovada e vigente; Substituições por marcas alternativas impactariam a comparabilidade de dados, exigiriam revalidação de processos, e poderiam comprometer o registro do produto junto à ANVISA, com risco de exigência de novos ensaios clínicos;

### **Pedido de compra nº 221113**

O objetivo da contratação do item 36026 é utilizado na área de entrada do laboratório e na entrada da sala de descontaminação para a higienização das mãos na entrada das áreas controladas. Item utilizado para a redução do contaminante de mãos para a entrada em áreas controladas.

É Utilizado para fazer assepsia das mãos na área de entrada do laboratório e na entrada da sala de descontaminação para a higienização das mãos na entrada das áreas controladas. Item utilizado para a redução do contaminante de mãos para a entrada em áreas controladas.

O Gel Alcoólico da marca JOHNSON DIVERSEY é o único que atende as necessidades do processo protocolado e aprovado pela parte técnica. Sendo assim, diante do exposto acima, torna-se necessária a aquisição dos materiais da marca JOHNSON DIVERSEY, uma vez que é a única que atende a padronização/uniformização de técnicas, protocolos e resultados, não havendo fonte alternativa para aquisição deles.

A utilização de outras marcas, poderia acarretar alguma variação na eficiência do produto, comprometendo a qualidade final.

#### **Pedido de compra nº 221114**

O item 57766 é utilizado para preparo de meios e soluções associados a fabricação dos IFAs (insumo farmacêutico ativo) de rubéola, sarampo e caxumba, além do uso em validações específicas de equipamentos.

Os IFAs fabricados no DEVIR atuam como componentes extremamente importantes na fabricação da vacina TVV e febre amarela, produção essa que é um dos objetivos principais de Bio-Manguinhos. As vacinas são usadas no atendimento do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.

A marca DIVERSEY é a única que atende aos interesses da área, por razões operacionais e por conta dos parâmetros críticos que devem ser atendidos para utilização em produção farmacêutica, sejam físico químicos ou microbiológicos. Por este motivo, apenas a marca em questão atende todas as necessidades da unidade. A utilização de outras marcas, poderia acarretar alguma variação na eficiência do produto, comprometendo a qualidade final, além da possibilidade de acarretar problemas com a reprodutibilidade de técnicas, protocolos e resultados.

#### **Pedido de compra nº 221115**

O item 57766 será utilizado para atender as necessidades da rotina de limpeza das áreas limpas do DEBIO, sendo indispensável para a manutenção das áreas produtivas.

A aquisição do item se faz necessária, pois o mesmo é utilizado no preparo de solução de limpeza de área em atendimento às demandas de fornecimento de soluções saneantes para manutenção das áreas produtivas do DEBIO e às demandas de produção do projeto de Terapias Avançadas.

Este item faz-se necessário para garantir o atendimento às boas práticas de fabricação contribuindo para prevenção de contaminações.

As rotinas de limpeza/ sanitização das áreas seguem o Programa de Limpeza, Desinfecção e Monitoramento em Áreas Limpas (PRG0015), elaborado pelo Departamento de Garantia da Qualidade (DEGAQ) de Bio Manguinhos, o qual todos as Unidades Organizacionais (UOs)/Departamentos de Bio-Manguinhos devem seguir. Neste programa é estabelecido o uso do desinfetante divosan a 0,5% e 2% como um dos agentes de limpeza utilizados durante a execução do processo de limpeza e desinfecção das áreas.

Sendo assim, diante do exposto acima, torna-se necessária a aquisição do insumo da marca DIVERSEY para que sejam cumpridas as especificações estabelecidas pelo Departamento de Garantia da Qualidade e cumpridas as Boas Práticas de Fabricação necessárias.

#### **Pedido de compra nº 221116**

A aquisição do item 57766 é essencial para Produção do biofármaco ETANERCEPT, no Laboratório Piloto de Eucariotos (LABPE). O material planejado contribui diretamente para a eficácia e estabilidade do produto e suas utilizações estão alinhadas com as estratégias institucionais de garantir a qualidade e eficácia dos produtos farmacêuticos fabricados.

O desinfetante Divosan (BR080026, Diversey, bombona 6 kg) é utilizado no Projeto Etanercept como agente químico para limpeza e desinfecção de ambientes, superfícies e equipamentos de apoio às atividades laboratoriais e produtivas. Esse insumo é empregado na sanitização de salas limpas, áreas classificadas, bancadas, pisos, paredes e superfícies de trabalho, bem como na higienização de equipamentos e utensílios não críticos, conforme os procedimentos operacionais padrão. Sua utilização é essencial para o controle microbiológico ambiental, prevenindo contaminações que possam comprometer culturas celulares e etapas sensíveis do processo produtivo. Dessa forma, o Divosan contribui para a segurança operacional, a integridade do processo, a manutenção da qualidade do biofármaco Etanercept e o atendimento às exigências de Boas Práticas e aos requisitos regulatórios aplicáveis.

A manutenção das marcas utilizadas ao longo do projeto é um fator determinante para assegurar a reprodutibilidade do processo, evitar riscos regulatórios e proteger a qualidade do produto final. Trata-se de uma prática que sustenta a integridade técnica e operacional da transferência de tecnologia e garante que o conhecimento transferido seja aplicado de forma fiel e eficaz.

Os resultados satisfatórios foram alcançados utilizando a marca DIVERSEY, ratificando assim o histórico de qualidade e ausência de variação, e aprovada pelo parceiro tecnológico referente a Transferência de Tecnologia do Projeto Etanercept, conforme Fundamentação Legal Contrato Nº 27/2019 com os parceiros privados Samsung Bioepis e Bionovis S.A. Esse alinhamento é essencial para garantir a inalterabilidade dos resultados e a manutenção do rigor no controle de qualidade.

A quantidade das matérias primas requisitadas foi calculada com base na projeção da produção que será realizada no LABPE e nas especificações utilizadas no processo de fabricação para atendimento ao Projeto Etanercepte e as atividades essenciais do Laboratório Piloto de Eucariotos (LABPE). A quantidade também considera margens de segurança para eventuais ajustes de processo.

#### **Pedido de compra nº 221117**

O Desinfetante Divosan BR080026, produzido pela Diversey, é um sanitizante de alta eficiência, amplamente utilizado em ambientes industriais com exigência de controle microbiológico rigoroso. Sua formulação é adequada para:

- Desinfecção de superfícies e equipamentos em áreas classificadas;
- Redução de carga microbiana em pisos, bancadas, paredes e pontos críticos de produção;
- Prevenção de contaminação cruzada e riscos sanitários;
- Higienização de áreas de utilidades, apoio técnico e circulação controlada;
- Cumprimento das exigências de Boas Práticas de Fabricação e dos Procedimentos Operacionais Padrão vigentes.

A falta deste produto comprometeria diretamente a higienização regulatória das áreas industriais, podendo resultar em não conformidades críticas, contaminação ambiental e risco de interdição produtiva, além de representar descumprimento dos padrões sanitários obrigatórios.

Objetivo da contratação do item 57766 é garantir a continuidade das rotinas de higienização e sanitização necessárias para manter as condições de operação dos ambientes fabris, assegurando conformidade regulatória, mitigação de riscos microbiológicos e manutenção do estado de controle das áreas produtivas.

A higienização adequada dos ambientes industriais é elemento crítico para garantir a segurança dos produtos imunobiológicos, biofármacos e reagentes para diagnóstico. A não utilização de sanitizantes adequados pode impactar diretamente:

- a classificação das áreas produtivas,
- a segurança microbiológica dos processos,
- a estabilidade das linhas de produção,
- e o cumprimento das exigências da ANVISA e da OMS.

Falhas na sanitização podem acarretar interrupções produtivas, descarte de lotes, retrabalho, aumento de custos operacionais e risco de sanções regulatórias, o que compromete a missão institucional de abastecimento contínuo do Sistema Único de Saúde – SUS.

Dessa forma, somente a marca DIVERSEY atende as necessidades da área.

Com relação à quantidade estimada, informamos que levamos em consideração o indicado pelo fabricante quanto ao desgaste por uso dos referidos componentes, bem como as necessidades de manutenção previstas para o Parque Fabril, em alinhamento com a programação de produção.

Adicionalmente, destacamos que nossas instalações e equipamentos possuem planos de manutenções preventivas estabelecidos por meio dos PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO (POP BP'x), nos quais é recomendado que determinados componentes sejam inspecionados e/ou substituídos semestralmente.

#### **Pedido de compra nº 221248**

A aquisição do sabonete líquido antisséptico é necessária para garantir a correta higienização das mãos dos colaboradores antes do acesso às áreas classificadas envolvidas no processo de envase da Vacina Febre Amarela (atenuada) 05 doses. A higienização adequada das mãos é uma das principais barreiras de prevenção à contaminação cruzada e à introdução de microrganismos nas salas limpas, sendo um requisito básico das Boas Práticas de Fabricação (BPF).

O objetivo da contratação é assegurar a disponibilidade de um sabonete antisséptico eficaz, validado para uso em ambientes controlados, capaz de reduzir a carga microbiana das mãos dos colaboradores antes de sua entrada nas áreas limpas. O insumo garante a conformidade com os procedimentos operacionais internos, requisitos regulatórios e padrões sanitários aplicáveis a processos de fabricação asséptica.

O uso de sabonete antisséptico adequado é um componente crítico da estratégia de barreira para prevenção da contaminação em processos de envase asséptico. A produção da Vacina Febre Amarela (atenuada) 05 doses, requer rigoroso controle microbiológico e ambiental, sendo que a higienização correta das mãos é um dos pontos-chave de controle previstos nas legislações vigentes (ANVISA, OMS e guias de BPF).

Além de reforçar a biossegurança do processo, o insumo contribui para a manutenção da confiabilidade operacional e para a mitigação de riscos associados à produção de imunobiológicos essenciais para a saúde pública. Sua utilização estratégica assegura a continuidade do processo produtivo sem desvios de qualidade, preservando a disponibilidade do produto final para o Programa Nacional de Imunizações (PNI).

A marca JOHNSON DIVERSEY é a única que atende as especificações necessárias, visto que foi utilizada nos processos validados com resultados satisfatórios. Sendo assim, torna-se necessária a aquisição dos materiais da marca JOHNSON DIVERSEY, uma vez que é a única que atende a padronização/uniformização de técnicas, protocolos e resultados, não havendo fonte alternativa para aquisição dos mesmos.

#### **Pedido de compra nº 221249**

O item 64854 tem por objetivo o uso na rotina produtiva da área, e, em todas as etapas de Envase da Vacina de Rotavírus, nas áreas controladas, na DIEVA-ROTA (Divisão de Envase da vacina de Rotavírus Humano G1 P[8]).

O item é de extrema importância e, fundamental, para a desinfecção das mãos superfícies, para a realização do Envase da vacina de rotavírus. nas áreas produtivas da DIEVA ROTA.

O item é utilizado no processo de limpeza das mãos, fundamental na principal etapa de controle e monitoramento de higienização e qualidade asséptica de áreas, para realização de processo garantindo a qualidade do produto, e portanto, faz parte das exigências de Boas Práticas de fabricação e, para atendimento as condições exigidas pelo projeto de transferência de Tecnologia (TT), fruto da celebração de um contrato de transferência do processo, sendo assim, parte integrante para a formulação e Envase da vacina contra Rotavírus, assinado entre Bio Manguinhos /Fiocruz e GSK Biologicals.

A marca JOHNSON DIVERSEY como fornecedora deste item se deve as razões operacionais e contratuais, por atender, as especificações técnicas e qualidade exigida, a utilização de outras marcas poderia acarretar variações na eficiência e confiabilidade dos resultados, qualidade, e reprodutibilidade dos resultados. O item desta marca foi testado e aprovado em acordo firmado entre os parceiros, que utiliza a mesma em suas etapas de produção, o que nos faz seguir com o mesmo procedimento, não trazendo evidências de incompatibilidade com os resultados realizados.

Sendo assim, afirmo que somente a marca JOHNSON DIVERSEY atende às nossas especificações, uma vez que o produto gerado apresenta confiabilidade e reprodutibilidade dos resultados garantindo assim o atendimento do cronograma assumido com o Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde. A utilização de outras marcas poderia acarretar descompromisso com o contrato assinado, além da variação na eficiência do produto, comprometendo a qualidade final.

### 3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIAFE; DIEVA-PRF	ANTONIO LUCIO VENTURA DA SILVA
DIAPR-BT	REGINA SANTOS DE AZEVEDO ALVES
DIEVA-ROTA	MARCOS ANTONIO GOMES
LABPE	MARCIA CHRISTINA VASCONCELOS ARCHER DA MOTTA
SEAMO	CLAUDIA MARIA ALVES DE SOUZA DE OLIVEIRA DIAS
SECMO	DANIEL DA SILVA GUEDES JUNIOR
SEMES-VIR	JULIO CESAR RODRIGUES COELHO
SEMEC	CLAUDIA MARIA ALVES DE SOUZA DE OLIVEIRA DIAS
SEMMA	MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA
SEPMA-OEM	RENATO BECHO MOURA
SELIV	VICTOR LIMA DOS SANTOS

### 5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento teve como objetivo verificar e demonstrar que a solução proposta, Aquisição de Material de Consumo, representa, de forma inequívoca, a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, superando outras possibilidades analisadas para suprir a necessidade identificada. A análise realizada comprovou a pertinência da escolha e evidenciou a racionalidade administrativa que fundamenta a decisão.

A opção pela aquisição em questão não se limita ao atendimento de uma demanda pontual, mas está definitivamente alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Tais fundamentos consolidam a legitimidade do processo e demonstram, com



segurança, que a decisão adotada garante o melhor interesse coletivo, preservando a qualidade dos serviços prestados e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

### 6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários. É importante ressaltar que tais quantidades são estimativas e, portanto, a CONTRATANTE não estará obrigada a requisitar a entrega em sua totalidade. O fornecimento será realizado sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho e documento de Autorização de Entrega de Material (AEM).

A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:

- a. Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;
- b. Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade;
- c. Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;
- d. Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano seguinte; e. Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE.

Pedido	Item	Descrição	Unid	Qtd
220027	2613	DESINFETANTE AMONIA QUATERN;50%; QUATERMON,CHEMITEC;CX12FR	FR	2
221113	36026	GEL,ALCOOLICO;70%;REFIL;100872527, JOHNSON DIVERSEY;CX6UN	CX	35
221111	36026	GEL,ALCOOLICO;70%;REFIL;100872527, JOHNSON DIVERSEY;CX6UN	CX	100
221116	57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026, DIVERSEY;BN 6KG	BN	5
221108	57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026, DIVERSEY;BN 6KG	BN	6
221109	57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026, DIVERSEY;BN 6KG	BN	60
221110	57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026, DIVERSEY;BN 6KG	BN	48
221112	57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026, DIVERSEY;BN 6KG	BN	2
221114	57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026, DIVERSEY;BN 6KG	BN	88
221115	57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026, DIVERSEY;BN 6KG	BN	6
221117	57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026, DIVERSEY;BN 6KG	BN	12
221107	57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026, DIVERSEY;BN 6KG	BN	3
221111	57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026, DIVERSEY;BN 6KG	BN	60
221115	57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026, DIVERSEY;BN 6KG	BN	22
		SABONETE,LIQ;ANTISSEPTICO;		

221248	64854	101109648,JOHNSON DIVERSEY;CX 6UN	UN	60
221249	64854	SABONETE,LIQ;ANTISSEPTICO; 101109648,JOHNSON DIVERSEY;CX 6UN	UN	72

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Diante do aumento da demanda identificado pelos programas do Ministério da Saúde e da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, a estimativa de quantidades de materiais de consumo reflete esse crescimento. Com base nos dados históricos das aquisições anteriores, observamos um incremento significativo na necessidade de insumos devido ao aumento da capacidade de produção da unidade Bio-Manguinhos/Fiocruz e ao crescimento da demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). O material é necessário para garantir a continuidade das operações e o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, a projeção para o período contempla um aumento dos quantitativos, a fim de atender plenamente as novas exigências operacionais e os programas de saúde pública.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2022	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026,DIVERSEY; BN 6KG	BN	0	0	288	0	312

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Analisando a necessidade de contratação do último ciclo, decorrente de ajustes nos programas de saúde pública e estabilização epidemiológica, a estimativa de aquisição de materiais de consumo será reduzida proporcionalmente. Analisando os dados históricos de consumo e as projeções revisadas do Ministério da Saúde, prevemos uma diminuição, conforme tabela abaixo, na quantidade de materiais em comparação aos períodos anteriores. Essa redução visa ajustar os estoques e evitar desperdícios, mantendo a eficiência no uso dos recursos sem comprometer a capacidade produtiva e a qualidade dos serviços prestados por Bio-Manguinhos/Fiocruz ao SUS.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2022	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
2613	DESINFETANTE AMONIA QUATERN;50%; QUATERMON,CHEMITEC;CX12FR	FR	168	76	0	10	2
36026	GEL,ALCOOLICO;70%;REFIL;100872527, JOHNSON DIVERSEY;CX6UN	CX	146	435	0	170	135
64854	SABONETE,LIQ;ANTISSEPTICO;101109648, JOHNSON DIVERSEY;CX 6UN	UN	0	0	0	1560	132

## 7. Descrição da solução como um todo

Nesta seção, descreve-se a solução técnica proposta para atender à necessidade administrativa, incluindo as características essenciais e os requisitos preliminares. A solução especificada visa manter em operação todo o parque fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, bem como seus projetos e laboratórios onde são realizadas análises físico-químicas e estudos. Esse modelo, já em uso, otimiza o processo, reduzindo desperdícios de tempo e de informações, o que facilita a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, além de simplificar procedimentos administrativos e reduzir custos financeiros.

A fundamentação legal específica para a aquisição será devidamente detalhada no Termo de Referência (TR), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. No TR, serão definidos os dispositivos legais que sustentam a contratação, contemplando os critérios de economicidade, eficiência e sustentabilidade. A justificativa para cada etapa será embasada nos princípios da Administração Pública e na aderência às normas vigentes, garantindo clareza, transparência e segurança jurídica ao processo, de modo a assegurar a solução mais vantajosa para o interesse público.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 176.259,79

O valor dessa contratação está estimado em R\$ 176.259,79 (Cento e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos).

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade /aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65/2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo parcelamento do objeto mostra-se tecnicamente adequada, considerando a natureza dos itens a serem adquiridos, a diversidade de fornecedores existentes no mercado e a necessidade de ampliar a competitividade. A contratação parcelada, por item ou por agrupamentos tecnicamente homogêneos, possibilita a participação de fornecedores especializados, favorece a inclusão de micro e pequenas empresas, evita a concentração de mercado e contribui para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Adicionalmente, o parcelamento permite maior flexibilidade na execução da contratação, com melhor adequação às necessidades reais de consumo, ao planejamento das entregas e à capacidade de armazenamento da Administração. Essa estratégia também contribui para a mitigação de riscos logísticos, operacionais e de desabastecimento, bem como para o aprimoramento do controle contratual e do acompanhamento da execução, assegurando maior eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de aquisição dos itens comuns para atendimento a Bio-Manguinhos. Suas necessidades são planejadas anualmente para atendimento às mais diversas áreas e setores. Dessa forma, os pedidos inseridos em sistema interno são liberados de acordo com sua prioridade de compra. As contratações são consolidadas por guardar relação com o objeto principal. Não havendo vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens desta contratação foram devidamente previstos no Plano de Gestão de Contratações (PGC) das respectivas unidades, tendo sido lançados em 2025, com a previsão de execução no exercício de 2026, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022.

A demanda apresentada neste documento está contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) para o ano de 2026, alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Fiocruz, e foi registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), dentro dos prazos e requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

I) ID pca PNCP: 33781055000135-0-000007/2026

II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025

Classe	Desc da Classe	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA
6840	PESTICIDAS E DESINFETANTES	254445-23/2026	302
8520	SABONETES, ARTIGOS PARA BARBEAR E DENTIFRÍCIOS	254445-23/2026	246

## 12. Prorrogação da ARP e Quantitativos

Em conformidade com o Parecer n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, registra-se que, considerando que a vigência da Ata de Registro de Preços poderá alcançar até 24 (vinte e quatro) meses, mediante prorrogação por igual período, esta fase de planejamento prevê expressamente a possibilidade de renovação dos quantitativos originalmente registrados, limitada ao quantitativo anual estimado para fins de planejamento. A renovação dos quantitativos somente poderá ocorrer caso sejam observadas simultaneamente as seguintes condições: Comprovação da manutenção do preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto nº 11.462 /2023; Previsão expressa no edital e na própria Ata de Registro de Preços quanto à possibilidade de renovação dos quantitativos durante a prorrogação; Tratamento prévio e justificado no planejamento, nos moldes do art. 18, §1º, IV, e art. 40 da Lei nº 14.133/2021, assegurando alinhamento com o princípio da anualidade e com as estimativas de consumo; Formalização por termo aditivo dentro do prazo de vigência original, conforme orientação consolidada no Parecer n. 00075/2024 e na ON AGU nº 89/2024. A presente previsão visa garantir segurança jurídica ao procedimento, assegurar transparência aos licitantes, preservar a fidedignidade das estimativas anuais de demanda e evitar a necessidade de superdimensionamento de quantitativos no planejamento inicial, nos termos das conclusões consolidadas pela AGU. Dessa forma, fica consignado neste ETP que a eventual prorrogação da Ata poderá contemplar a renovação dos quantitativos definidos para a contratação, observando-se que as estimativas aqui apresentadas poderão ser refinadas ou ajustadas no Termo de Referência, respeitados sempre os limites legais e as condições estabelecidas para renovação.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na instituição com enfoque na importância de uma equipe com colaboradores atuantes e eficientes é uma marca do Instituto. Os resultados esperados com esta aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, técnica e de inovação. Materiais e práticas que promovem o bem-estar ajudam na eficiência e na produtividade dos colaboradores, permitindo que eles trabalhem de forma mais confortável e focada. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano, evitando parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos, dada a provável redução do absenteísmo, uma vez que colaboradores mais saudáveis tendem a ter menos problemas de saúde e, conseqüentemente, menos ausências.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

O Plano de Logística Sustentável da Fiocruz (PLS) contém diversas medidas mitigadoras e ações voltadas para o baixo consumo de energia e outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. Abaixo estão algumas das principais ações incluídas no PLS:

Redução do Consumo de Energia:

- Promoção de Campanhas de Uso Racional de Energia Elétrica: Inclui a distribuição de informes físicos e digitais, adesivos sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, e a realização de seminários.
- Retrofit nas Demandas de Adequações: Execução de estudos de viabilidade e serviços de retrofit para melhorar a eficiência energética das instalações.
- Substituição de Equipamentos: Troca de equipamentos antigos por novos com selo Procel e substituição de lâmpadas por LED.
- Instalação de Sensores e Temporizadores: Implementação de sensores de presença e temporizadores para otimizar o uso de energia.

Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

- Resíduos de Óleo Vegetal: Coleta quinzenal e reciclagem de óleo vegetal usado nos restaurantes dos campi.

- Pilhas e Baterias: Logística reversa em parceria com a ABINEE, coletando e destinando cerca de 8.880,3 kg de pilhas e baterias para reciclagem.
- Cartuchos, Tonners e Latas de Tinta: Destinação para coprocessamento, transformando-os em combustível para a indústria cimenteira.
- Resíduos Eletroeletrônicos: Remanufatura e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos por meio de cooperativas credenciadas.
- Coleta Seletiva de Papel/Papelão, Plástico e Vidro: Programa de coleta seletiva solidária que destinou, entre 2018 e 2020, aproximadamente 622,5 toneladas de papel/papelão, 130,5 toneladas de plástico, e 20,6 toneladas de vidro para reciclagem.

Essas ações fazem parte de um esforço contínuo da Fiocruz para reduzir impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir o manejo adequado dos recursos e resíduos.

A Fiocruz, ciente do seu papel enquanto instituição de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, adota práticas de mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Exemplo disso é seu programa de gerenciamento de resíduos, procedimentos de biossegurança, programa de tratamento de efluentes, que conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto própria, e programa de descarte de resíduos químicos e nucleares, entre outros. Essas práticas garantem o controle dos impactos ambientais inerentes aos processos da Fiocruz, resultando em uma condução diligente e consciente dos aspectos ambientais relativos ao cuidado com a saúde pública.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª edição, agosto de 2021), verificamos que a licitação /contratação sustentável é um instrumento significativo para que a Administração Pública exija que as empresas cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental, desde a produção até a distribuição de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia.

Conforme a Instrução Normativa Nº 01/2010-SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública podem exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. No presente processo, aplicam-se os requisitos desta Instrução Normativa. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos, especificamente os definidos no artigo 5º da IN mencionada, que incluem:

*I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;*

*II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;*

*III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e*

*IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).*

Por se tratar de responsabilidade corporativa da empresa fornecedora, deve-se incluir no rol de declarações que sua política de governança contempla compromissos de sustentabilidade ambiental, com ações nas áreas de redução da geração de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia, e apoio à diversidade étnica, cultural e de gênero.

## 15. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

## 16. Local E Data

Rio de Janeiro, 07 de Janeiro de 2026.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, considero viável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim de atender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração do ETP, **com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários e detalhadas nas justificativas anexas**, caberá à autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidade apontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DANIEL DA SILVA GUEDES JUNIOR**

Equipe de Planejamento

**MARCIA CHRISTINA VASCONCELOS ARCHER DA MOTTA**

Equipe de Planejamento

**CLAUDIA MARIA ALVES DE SOUZA DE OLIVEIRA DIAS**

Equipe de Planejamento

**MARCOS ANTONIO GOMES**

Equipe de Planejamento

**REGINA SANTOS DE AZEVEDO ALVES**

Equipe de Planejamento

**MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA**

Equipe de Planejamento

**RENATO BECHO MOURA**

Equipe de Planejamento

**ANTONIO LUCIO VENTURA DA SILVA**

Equipe de Planejamento

**JULIO CESAR RODRIGUES COELHO**

Equipe de Planejamento

**VICTOR LIMA DOS SANTOS**

Equipe de Planejamento

**MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA**

Equipe de Fiscalização

**CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI**

Equipe de Fiscalização



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI\_5623921\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_221113.pdf (66.36 KB)
- Anexo II - SEI\_5624891\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_221249.pdf (61.72 KB)
- Anexo III - SEI\_5625129\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_221110.pdf (57.95 KB)
- Anexo IV - SEI\_5628986\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_221111.pdf (72.16 KB)
- Anexo V - SEI\_5636800\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_221112.pdf (64.84 KB)
- Anexo VI - SEI\_5648574\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_221114.pdf (65.06 KB)
- Anexo VII - SEI\_5652313\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_Pedido\_221108\_\_\_SEMEC.pdf (65.68 KB)
- Anexo VIII - SEI\_5652466\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_Pedido\_221107\_\_\_SEAMO.pdf (62.56 KB)
- Anexo IX - SEI\_5656494\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_221115.pdf (62.31 KB)
- Anexo X - SEI\_5671559\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_221109.pdf (70.3 KB)
- Anexo XI - SEI\_5671804\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_221248.pdf (72.1 KB)
- Anexo XII - SEI\_5683567\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_221117.pdf (65.28 KB)
- Anexo XIII - SEI\_5751884\_Justificativa\_Tecnica\_para\_material\_de\_consumo\_com\_marca\_\_\_221116\_\_\_LABPE.pdf (54.28 KB)

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

### IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 221113

Item/ Descrição: 36026 – GEL,ALCOOLICO;70%;REFIL;100872527,JOHNSON DIVERSEY;CX6UN

### NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

**Problema a ser resolvido:** Contaminantes que possam estar nas mãos e contaminar o produto.

**Local de Uso:** Utilizado no laboratório para fazer assepsia das mãos.

**OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:** é utilizado na área de entrada do laboratório e na entrada da sala de descontaminação para a higienização das mãos na entrada das áreas controladas. Item utilizado para a redução do contaminante de mãos para a entrada em áreas controladas.

**RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA:** utilizado para fazer assepsia das mãos na área de entrada do laboratório e na entrada da sala de descontaminação para a higienização das mãos na entrada das áreas controladas. Item utilizado para a redução do contaminante de mãos para a entrada em áreas controladas.

### Justificativa da Escolha de Marca Específica:

Visando o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde para o fornecimento de imunobiológicos, Bio-Manguinhos desenvolveu um planejamento para a aquisição de materiais de consumo. O Gel Alcoólico consta do Planejamento Anual Orçamentário que está associado às iniciativas estratégicas da unidade.

O item 36026 é utilizado na sala de descontaminação e na entrada das áreas controladas para fazer assepsia das mãos como controle de contaminação na área.

O Gel Alcoólico da marca JOHNSON DIVERSEY é o único que atende as necessidades do processo padronizado, protocolado e aprovado pela parte técnica. Sendo assim, diante do exposto acima, torna-se necessária a aquisição dos materiais da marca JOHNSON DIVERSEY, uma vez que é a única que atende a padronização/uniformização de técnicas, protocolos e resultados, não havendo fonte alternativa para aquisição deles.

A utilização de outras marcas, poderia acarretar alguma variação na eficiência do produto, comprometendo a qualidade final.

### Estimativa de Quantidades:

A estimativa é feita de acordo com a quantidade utilizada anualmente nos processos.



Documento assinado eletronicamente por **PABLO DE BARROS SOUSA, Chefe de Laboratório**, em 12/11/2025, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5623921** e o código CRC **92F6D098**.

Referência: Processo nº 25386.001633/2025-45

SEI nº  
5623921

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

### IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL

**Pedido de Compra:** 221249

**Item/ Descrição:** 64854 - SABONETE, LIQUÍDO; ANTISSEPTICO; 101109648, JOHNSON DIVERSEY; CX 6UN

### NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

**Problema a ser resolvido:** O SABONETE LIQUÍDO tem por objetivo o uso na rotina produtiva da área, e, em todas as etapas de Envase da Vacina de Rotavirus, nas áreas controladas, na DIEVA-ROTA (Divisão de Envase da vacina de Rotavirus Humano G1 P[8]).

**Local de Uso:** O SABONETE LIQUÍDO será utilizado pela Divisão de Envase da Vacina de Rotavirus (DIEVA-ROTA), vinculado ao Departamento de Processamento Final (DEPFI) de Bio-Manguinhos.

**Objetivo da Contratação:** O item consta do Planejamento Anual Orçamentário que está associada às iniciativas estratégicas da unidade. O item é de extrema importância e, fundamental, para a desinfecção das mãos superfícies, para a realização do Envase da vacina de rotavírus. nas áreas produtivas da DIEVA-ROTA.

**Relevância Científica e Estratégica:** O SABONETE LIQUÍDO é utilizado no processo de limpeza das mãos, fundamental na principal etapa de controle e monitoramento de higienização e qualidade asséptica de áreas, para realização de processo garantindo a qualidade do produto, e portanto, faz parte das exigências de Boas Práticas de fabricação e, para atendimento as condições exigidas pelo projeto de transferência de Tecnologia (TT), fruto da celebração de um contrato de transferência do processo, sendo assim, parte integrante para a formulação e Envase da vacina contra Rotavírus, assinado entre Bio-Manguinhos/Fiocruz e GSK Biologicals.

**Nome do transferidor:** GSK Biologicals

**Número do Processo que consta o Contrato de Transferência de Tecnologia:** 25386.001204/2007-96

**Número do Contrato de Transferência de Tecnologia:** 189/2008

### ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A estimativa de quantidade solicitada foi projetada para atendimento ao cronograma de 2025 de Bio-Manguinhos atendendo as demandas do Ministério da Saúde e PNI.

Esta aquisição será realizada via Ata de registro de Preços 17/2022 do Ministério da Economia onde Bio-Manguinhos participou com Intensão de Registros de Preços, e está alinhado com o Plano diretor de Bio-Manguinhos, com vistas à manutenção da infraestrutura adequada para o apoio às atividades fins da Unidade e com ações da Unidade previstas no Plano diretor da Fiocruz.

## JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:

A marca JOHNSON DIVERSEY como fornecedora deste item se deve as razões operacionais e contratuais, por atender, as especificações técnicas e qualidade exigida, a utilização de outras marcas poderia acarretar variações na eficiência e confiabilidade dos resultados, qualidade, e reprodutibilidade dos resultados. O item desta marca foi testado e aprovado em acordo firmado entre os parceiros, que utiliza a mesma em suas etapas de produção, o que nos faz seguir com o mesmo procedimento, não trazendo evidências de incompatibilidade com os resultados realizados.

Sendo assim, afirmo que somente a marca JOHNSON DIVERSEY atende às nossas especificações, uma vez que o produto gerado apresenta confiabilidade e reprodutibilidade dos resultados garantindo assim o atendimento do cronograma assumido com o Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde. A utilização de outras marcas poderia acarretar descompromisso com o contrato assinado, além da variação na eficiência do produto, comprometendo a qualidade final.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO GOMES, Técnico em Saúde Pública**, em 13/11/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5624891** e o código CRC **D78F5BFE**.

Referência: Processo nº 25386.001633/2025-45

SEI nº  
5624891

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

### IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

**Pedido de Compra:** 221110

**Item/ Descrição:** 57766 - DESINFETANTE; DIVOSAN; BR080026, DIVERSEY; BN 6KG

### NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

**Problema a ser resolvido:** O DESINFETANTE DIVOSAN tem por objetivo o uso na rotina produtiva da área, e, em todas as etapas de Envase da Vacina de Rotavírus, nas áreas controladas, na DIEVA-ROTA (Divisão de Envase da vacina de Rotavírus Humano G1 P[8]).

**Local de Uso:** O DESINFETANTE DIVOSAN será utilizado pela Divisão de Envase da Vacina de Rotavírus (DIEVA-ROTA), vinculado ao Departamento de Processamento Final (DEPFI) de Bio-Manguinhos.

**Objetivo da Contratação:** O item consta do Planejamento Anual Orçamentário que está associada às iniciativas estratégicas da unidade. O item é de extrema importância e, fundamental, para a desinfecção de superfícies, para a realização do Envase da vacina de rotavírus. nas áreas produtivas da DIEVA-ROTA.

**Relevância Científica e Estratégica:** O DESINFETANTE DIVOSAN é utilizado no processo de limpeza de superfícies de áreas controladas, fundamental na principal etapa de controle e monitoramento de higienização e qualidade asséptica de áreas, para realização de processo garantindo a qualidade do produto, e portanto, faz parte das exigências de Boas Práticas de fabricação e, para atendimento as condições exigidas pelo projeto de transferência de Tecnologia (TT), fruto da celebração de um contrato de transferência do processo, sendo assim, parte integrante para a formulação e Envase da vacina contra Rotavírus, assinado entre Bio-Manguinhos/Fiocruz e GSK Biologicals.

**Nome do transferidor:** GSK Biologicals

**Número do Processo que consta o Contrato de Transferência de Tecnologia:** 25386.001204/2007-96

**Número do Contrato de Transferência de Tecnologia:** 189/2008

### ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A estimativa de quantidade solicitada foi projetada para atendimento ao cronograma de 2025 de Bio-Manguinhos atendendo as demandas do Ministério da Saúde e PNI.

Esta aquisição será realizada via Ata de registro de Preços 17/2022 do Ministério da Economia onde Bio-Manguinhos participou com Intensão de Registros de Preços, e está alinhado com o Plano diretor de Bio-Manguinhos, com vistas à manutenção da infraestrutura adequada para o apoio às atividades fins da Unidade e com ações da Unidade previstas no Plano diretor da Fiocruz.

## JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:

A marca DIVERSEY como fornecedora deste item se deve as razões operacionais e contratuais, por atender, as especificações técnicas e qualidade exigida, a utilização de outras marcas poderia acarretar variações na eficiência e confiabilidade dos resultados, qualidade, e reprodutibilidade dos resultados. O item desta marca foi testado e aprovado em acordo firmado entre os parceiros, que utiliza a mesma em suas etapas de produção, o que nos faz seguir com o mesmo procedimento, não trazendo evidências de incompatibilidade com os resultados realizados.

Sendo assim, afirmo que somente a marca DIVERSEY, atende às nossas especificações, uma vez que o produto gerado apresenta confiabilidade e reprodutibilidade dos resultados garantindo assim o atendimento do cronograma assumido com o Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde. A utilização de outras marcas poderia acarretar descompromisso com o contrato assinado, além da variação na eficiência do produto, comprometendo a qualidade final.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO GOMES, Técnico em Saúde Pública**, em 13/11/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5625129** e o código CRC **A597AAAB**.

Referência: Processo nº 25386.001633/2025-45

SEI nº  
5625129

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

### Identificação do Material:

Pedido de Compra: 221111

Item/ Descrição: 36026 - GEL,ALCOOLICO;70%;REFIL;100872527,JOHNSON DIVERSEY;CX6UN

Item/ Descrição: 57766- DESINFETANTE;DIVOSAN,DIVERSEY;BR080026;BN 6KG

### Necessidade da aquisição:

**Problema a ser resolvido:** A aquisição deste item é de extrema importância, pois será utilizado nos vestiários e banheiros dos colaboradores do Departamento, nos banheiros localizados na portaria do Departamento de Processamento Final (DEPFI) e nas áreas de preparo de materiais para envase e formulação de Vacinas, Biofármacos e Diluentes para assepsia das mãos. O Desinfetante será utilizado pelas áreas produtivas para desinfecção das áreas limpas do Departamento.

**Local de Uso:** Os itens serão usados pela Divisão de Apoio a Formulação e Envase (DIAFE) do DEPFI.

**Objetivo da Contratação:** Gel: item essencial na assepsia correta das mãos, a fim de evitar contaminação dos produtos. Desinfetante: item essencial na limpeza das áreas limpas, a falta em questão, causa a parada de produção.

**Relevância Científica e Estratégica:** A ausência deste material implica em não proporcionar aos funcionários da área e principalmente aos operadores de área limpa a assepsia correta das mãos, o que pode acarretar contaminação dos produtos processados entrando em descumprimento às diretrizes das Boas Práticas de Fabricação, tendo como impacto a suspensão da produção de diluentes, vacinas e biofármacos, além de oferecer risco de contaminação biológica por falta de local itens adequados para a armazenagem de resíduos biológicos provenientes dos envases e formulações.

Foi feito um estudo de eficácia pela Garantia da Qualidade da marca citada, e foi constatado a aprovação para a finalidade requerida, para que assim possam atingir os padrões de Controle e Garantia de Qualidade de Bio-Manguinhos

### Justificativa da Escolha de Marca Específica:

A marca **JOHNSON DIVERSEY** é a única que atende aos interesses da área, deve-se à necessidade de compra de produtos originais e preservação da confiabilidade e eficiência dos procedimentos de limpeza, ser compatível e oferecer maior durabilidade comprovada em testes, além do fato de apresentar o resultado esperado durante sua utilização, assegurando alta qualidade no resultado dos testes Microbiológicos. Os resultados satisfatórios registrados no PRG 0015 - LIMPEZA, DESINFECÇÃO E MONITORAMENTO EM AREAS LIMPAS foram alcançados utilizando esta marca **JOHNSON DIVERSEY**, ratificando assim o histórico de qualidade e ausência de variação. Por este motivo, somente a marca **JOHNSON DIVERSEY** atende as necessidades da Unidade.

### Estimativa de Quantidades:

As quantidades solicitadas (100 CX e 60 BN) tem como base o cumprimento do cronograma de produção para atendimentos das demandas produtivas do PMP.

Sendo assim, a aquisição do item é imprescindível para que Bio-Manguinhos possa atender a demanda produtiva mencionada.





Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUCIO VENTURA DA SILVA, Chefe de Departamento**, em 17/11/2025, às 19:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5628986** e o código CRC **7D70F917**.

Referência: Processo nº 25386.001633/2025-45

SEI nº  
5628986

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

### IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: **221112**

Item/ Descrição: **57766** – DESINFETANTE; DIVOSAN; DIVERSEY; BR080026;BN 6KG

### NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

**Problema a ser resolvido:** A aquisição do item 57766 é utilizada pela UO SELIV, no Centro de Produção de Antígenos Virais (CPAV), nas atividades de desinfecção química das áreas controladas e dos insumos produtivos da linha vacinal de Rubéola. A falta deste produto compromete a manutenção da carga microbiana controlada, colocando em risco a integridade asséptica das áreas e dos materiais processados.

**OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:** Garantir a eficácia microbiológica das rotinas de sanitização e desinfecção, conforme Procedimento PRG0015, assegurando compatibilidade com materiais e superfícies das áreas produtivas. O produto mantém a integridade asséptica e contribui para a estabilidade do ambiente controlado.

**Relevância Científica e Estratégica:** O desinfetante Divosan (Diversey) apresenta eficácia comprovada na esterilização química e estabilidade comprovada em processos validados, garantindo conformidade com os padrões regulatórios exigidos. Sua utilização assegura controle microbiano adequado e continuidade das atividades produtivas da vacina de Rubéola

Estes atributos asseguram a confiabilidade procedimental durante a limpeza pré e pós processos das áreas produtivas e sanitização de insumos produtivos, que reforça a aderência ao planejamento estratégico e regulatório da instituição

### Justificativa da Escolha de Marca Específica

A aquisição da marca **DIVERSEY** se justifica pelos seguintes fatores:

- O insumo integra processos validados conforme Procedimento PRG0015;
- Referenciado em documentos oficiais dos processos de produção, incluindo: RBP 1890, 1893; 1737 5162; 5169; 5570 e 5552
- Trata-se de metodologia já estabelecida, com comprovação de validação documental aprovada e vigente;
- Substituições por marcas alternativas impactariam a comparabilidade de dados, exigiriam revalidação de processos, e poderiam comprometer o registro do produto junto à ANVISA, com risco de exigência de novos ensaios clínicos;

### ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

Com base na previsão de execução de 4 lotes de produção, 2 lotes de validação e treinamento de operadores nas etapas para o ano de 2026. Considerando a utilização do item 57766 DESINFETANTE; DIVOSAN; DIVERSEY; BR080026;BN 6KG em diferentes etapas dos processos produtivos, foi estimada a necessidade total de 02 UNIDADES.

A estimativa foi construída com base nos seguintes parâmetros:

□ Uso por Etapa Produtiva:

Cada etapa do processo faz uso nas limpezas que antecedem o processo, e as limpezas pós processo, conforme procedimentos validados.

Intervenções por Lote:

Devido à complexidade do processo e à necessidade de manipulações intermediárias (ex: Transferências de equipamentos/ insumos para a área produtiva.

Perdas Técnicas e Trocas por Critério de BPF:

Por se tratar de solução esterilizante, sua aplicação quando:

- Em sala produtiva, quando em ação por intervenção não programada;
- Em insumos e/ou equipamento a serem transferidos para a área produtiva.

Margem de Segurança:

Para garantir a continuidade dos processos em caso de desvios, quebras de material ou atrasos logísticos de fornecimento, é recomendada margem técnica de segurança de aproximadamente 10 a 15%.

A quantidade de 06 Litros está de acordo com o planejamento anual e contempla tanto o uso regular quanto a reserva estratégica aprovada pela UO, respeitando critérios de segurança, rastreabilidade e integridade do processo.

**EXPECTATIVA DE QUANTIDADE PARA 01 ANO DE PRODUÇÃO.**

- 57766 DESINFETANTE; DIVOSAN; DIVERSEY; BR080026;BN
- Quantidade: 06 Caixas



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA ERLER VACCARI, Chefe de Departamento**, em 17/11/2025, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5636800** e o código CRC **C62C0891**.

Referência: Processo nº 25386.001633/2025-45

SEI nº  
5636800

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

### IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

**Pedido de Compra:** 221114

**Item/ Descrição:** 57766 - DESINFETANTE; DIVOSAN; BR080026, DIVERSEY; BN 6KG

### NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

**Local de Uso:** Área de preparo de meios e soluções da SEMES-VIR/DEVIR.

**Objetivo da Contratação:** Utilização para preparo de meios e soluções associados a fabricação dos IFAs (insumo farmacêutico ativo) de rubéola, sarampo e caxumba, além do uso em validações específicas de equipamentos.

**Relevância Científica e Estratégica:** Os IFAs fabricados no DEVIR atuam como componentes extremamente importantes na fabricação da vacina TVV e febre amarela, produção essa que é um dos objetivos principais de Bio-Manguinhos. As vacinas são usadas no atendimento do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.

### JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:

A marca DIVERSEY é a única que atende aos interesses da área, por razões operacionais e por conta dos parâmetros críticos que devem ser atendidos para utilização em produção farmacêutica, sejam físico-químicos ou microbiológicos. Por este motivo, apenas a marca em questão atende todas as necessidades da unidade. A utilização de outras marcas, poderia acarretar alguma variação na eficiência do produto, comprometendo a qualidade final, além da possibilidade de acarretar problemas com a reprodutibilidade de técnicas, protocolos e resultados.

### ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

O quantitativo é calculado através do cronograma anual de produção que é desenvolvido pela COPCP (Coordenação de Planejamento e Controle da Produção).



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR RODRIGUES COELHO, Técnico em Saúde Pública**, em 21/11/2025, às 08:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5648574** e o código CRC **53E3FAE4**.

Referência: Processo nº 25386.001633/2025-45

SEI nº  
5648574

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

**Pedido de Compra:** 221108

Item/ Descrição: 57766 DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026,DIVERSEY;BN 6KG

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

**Problema a ser resolvido:** Sanitização das salas limpas da Seção de Meio de Cultura (SEMEC).

**Local de Uso:** O item será utilizado na Seção de Meio de Cultura (SEMEC).

**Objetivo da Contratação:** Garantir que os processos de sanitização das salas limpas da Seção de Meio de Cultura (SEMEC) sejam realizados de forma eficiente e sem interrupções. O item é indispensável para que ocorra a correta limpeza das áreas de acordo com as diretrizes institucionais de Bio-Manguinhos. A ausência desse item comprometeria diretamente a continuidade dos trabalhos e a entrega de meios de cultura e soluções para atendimento ao controle de qualidade no prazo solicitado.

**Relevância Científica e Estratégica:** Não aplicável.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:

A marca DIVERSEY é a única que atende aos interesses da área. O item é empregado em metodologia validada e estabelecida em procedimento operacional padrão, descrito no documento interno PBP1516 e no PRG0015, somente podendo ser adquirido através da marca indicada.

A falta deste item impede a sanitização correta da área e do descumprimento do PRG0015, além do aumento dos riscos de contaminação dos produtos e consequentemente perdas de lote, uma vez que não haverá a correta limpeza da área.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não Aplicável.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade estimada foi calculada com base na média anual de sanitizações realizada na Seção de Meio de Cultura.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA ALVES DE SOUZA DE OLIVEIRA DIAS, Tecnologista em Saúde Pública**, em 24/11/2025, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5652313** e o código CRC **D8307A73**.

Referência: Processo nº 25386.001632/2025-09

SEI nº  
5652313

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

### IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 221107

Item/ Descrição: 57766 - DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026,DIVERSEY;BN 6KG

### NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

**PROBLEMA A SER RESOLVIDO:** A Seção de Amostragem necessita de desinfetante adequado para higienização de áreas, bancadas e equipamentos utilizados na amostragem de matérias primas. A falta ou insuficiência do produto compromete a manutenção das Boas Práticas (BPx), podendo resultar em contaminação ambiental e impacto direto na confiabilidade dos ensaios realizados

**Local de Uso:** Area Limpa da Seção de Amostragem do Departamento de Controle da Qualidade.

**OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:** O desinfetante DIVOSAN será utilizado na higienização rotineira de superfícies e ambientes laboratoriais, garantindo condições seguras e controladas para a execução de atividades. Sua ação assegura a redução de biocarga e a prevenção de contaminações, contribuindo para a segurança dos profissionais e a integridade das amostras.

**RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA:** A higienização adequada é elemento essencial dentro das rotinas de controle de qualidade, impactando diretamente a validade e rastreabilidade dos resultados analíticos. O DIVOSAN será utilizado no contexto de apoio às rotinas de CQ, alinhando-se às práticas institucionais de segurança, conformidade regulatória e excelência operacional.

### JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:

A marca DIVERSEY, fabricante do desinfetante DIVOSAN, atende de forma eficaz às necessidades de higienização, garantindo confiabilidade e conformidade com os padrões estabelecidos pelo setor. O produto possui eficácia comprovada, estabilidade e desempenho superior quando comparado a outras marcas, assegurando a descontaminação adequada de superfícies e ambientes laboratoriais. Dessa forma, o DIVOSAN apresenta as características essenciais para atender aos requisitos técnicos e de segurança das rotinas de CQ.

### PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não aplicável.

### ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade solicitada de 3 bombonas foi definida com base no consumo regular do setor, considerando a necessidade diária de higienização das áreas e superfícies utilizadas nas rotinas de Controle de Qualidade. Essa estimativa leva em conta o volume de trabalho atual, a frequência de limpeza exigida pelos POPs e a manutenção de um estoque mínimo de segurança que evite interrupções nas atividades. Dessa forma, a

quantidade proposta atende adequadamente à demanda operacional e garante continuidade às rotinas de CQ sem risco de desabastecimento.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA ALVES DE SOUZA DE OLIVEIRA DIAS, Tecnologista em Saúde Pública**, em 24/11/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5652466** e o código CRC **53277D6F**.

Referência: Processo nº 25386.001632/2025-09	SEI nº 5652466
--	-------------------

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024



## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

### IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

**Pedido de Compra:** 221115

**Item/ Descrição:** 57766 – DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026,DIVERSEY;BN 6KG

### NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

**PROBLEMA A SER RESOLVIDO:** O item será utilizado para atender as necessidades da rotina de limpeza das áreas limpas do DEBIO, sendo indispensável para a manutenção das áreas produtivas.

**LOCAL DE Uso:** O desinfetante Divosan destina-se a Seção de Meios e Soluções - Biotecnológicos (SEMES-BT/DIAPR-BT/DEBIO) e será utilizado na produção de soluções de limpeza para as áreas limpas do DEBIO.

**OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:** A aquisição do item se faz necessária, pois o mesmo é utilizado no preparo de solução de limpeza de área em atendimento às demandas de fornecimento de soluções saneantes para manutenção das áreas produtivas do DEBIO e às demandas de produção do projeto de Terapias Avançadas.

**RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA:** O item, adquirido pela SEMES-BT, será utilizado na própria UO para o preparo de soluções de limpeza destinadas à limpeza das áreas limpas do DEBIO. Este item faz-se necessário para garantir o atendimento às boas práticas de fabricação contribuindo para prevenção de contaminações.

### JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:

Visando o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde para o fornecimento de imunobiológicos, Bio-Manguinhos desenvolveu um planejamento para a aquisição de materiais de consumo. O item em questão consta no Planejamento Anual Orçamentário que está associado às iniciativas estratégicas da unidade.

As rotinas de limpeza/sanitização das áreas seguem o Programa de Limpeza, Desinfecção e Monitoramento em Áreas Limpas (PRG0015), elaborado pelo Departamento de Garantia da Qualidade (DEGAQ) de Bio-Manguinhos, o qual todos as Unidades Organizacionais (UOs)/Departamentos de Bio-Manguinhos devem seguir. Neste programa é estabelecido o uso do desinfetante divosan a 0,5% e 2% como um dos agentes de limpeza utilizados durante a execução do processo de limpeza e desinfecção das áreas.

Sendo assim, diante do exposto acima, torna-se necessária a aquisição do insumo da marca **DIVERSEY** para que sejam cumpridas as especificações estabelecidas pelo Departamento de Garantia da Qualidade e cumpridas as Boas Práticas de Fabricação necessárias.

### ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade estimada baseia-se na previsão de produção de solução para atendimento às limpezas de rotina nas áreas previstas para o ano de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **REGINA SANTOS DE AZEVEDO ALVES, Chefe de Divisão**, em 24/11/2025, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5656494** e o código CRC **63AA5EF4**.

Referência: Processo nº 25386.001633/2025-45	SEI nº 5656494
--	-------------------

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

### IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

**Pedido de Compra:** 221109

**Item/ Descrição:** 57766 - DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026,DIVERSEY;BN 6KG

**NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:** O item é utilizado para limpeza das superfícies das áreas produtivas localizadas na Divisão de Envase do Pavilhão Rockefeller (DIEVA-PRF) e rodas dos equipamentos. A unidade é responsável pelo envase do produto Vacina Febre Amarela (Atenuada) 05 doses. A limpeza com o item em questão busca minimizar a concentração de contaminantes nas áreas produtivas da DIEVA-PRF.

**Problema a ser resolvido:** Ação esporicida e fungicida

**Local de Uso:** O item será utilizado pela Divisão de Envase do Pavilhão Rockefeller (DIEVA-PRF), do Departamento de Processamento Final (DEPFI).

**Objetivo da Contratação:** Minimizar a ação de agentes microbiológicos por meio de atividades esporicidas e fungicidas.

**Relevância Científica e Estratégica:** As áreas limpas farmacêuticas devem ser mantidas em um estado de controle microbiológico apropriado, através dos sistemas de HVAC, controle de entrada de materiais e de pessoal, utilização de técnicas de limpeza apropriadas, juntamente com a aplicação de detergentes e desinfetantes.

Considerando-se que os produtos farmacêuticos correm o risco de contaminação microbiana durante o processo de fabricação, os procedimentos devem estar adequados para garantir que o ambiente de fabricação se mantenha dentro do limite de partículas viáveis. Desta forma, a limpeza e desinfecção de áreas limpas é uma parte importante do controle de contaminação.

Nesse documento serão encontradas as diretrizes de preparo das áreas limpas, de equipamentos de produção e de materiais para uso em processo e diretrizes de limpeza para manutenção do estado de certificado durante as paradas de produção e intervalos de processo.

**JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:** A marca DIVERSEY é a única que atende as especificações necessárias, visto que foi utilizada nos processos validados com resultados satisfatórios. Sendo assim, torna-se necessária a aquisição dos materiais da marca DIVERSEY, uma vez que é a única que atende a padronização/uniformização de técnicas, protocolos e resultados, não havendo fonte alternativa para aquisição dos mesmos.

**ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:** As quantidades solicitadas são necessárias pois a limpeza, desinfecção em áreas limpas é realizado em todo o processo, sendo necessário para cumprimento do cronograma de produção e do atendimento ao Programa Nacional de Imunização.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUCIO VENTURA DA SILVA, Chefe de Departamento**, em 27/11/2025, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5671559** e o código CRC **C8C5C7BC**.

Referência: Processo nº 25386.001633/2025-45

SEI nº  
5671559

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

### IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

**Pedido de Compra:** 221248

**Item/ Descrição:** 64854 - SABONETE,LIQ;ANTISSEPTICO;101109648,JOHNSON DIVERSEY;CX 6UN

**NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:** A aquisição do sabonete líquido antisséptico é necessária para garantir a correta higienização das mãos dos colaboradores antes do acesso às áreas classificadas envolvidas no processo de envase da Vacina Febre Amarela (atenuada) 05 doses. A higienização adequada das mãos é uma das principais barreiras de prevenção à contaminação cruzada e à introdução de microrganismos nas salas limpas, sendo um requisito básico das Boas Práticas de Fabricação (BPF).

**Problema a ser resolvido:** Sem o fornecimento contínuo de sabonete antisséptico apropriado para ambientes controlados, existe risco elevado de comprometer o controle microbiológico das áreas classificadas e, conseqüentemente, a integridade do processo asséptico. A ausência do insumo pode resultar em falhas no procedimento de entrada de pessoal, aumentando o risco de contaminação ambiental e de lotes, o que impacta diretamente a qualidade e a segurança da vacina produzida.

**Local de Uso:** O item será utilizado pela Divisão de Envase do Pavilhão Rockefeller (DIEVA-PRF), do Departamento de Processamento Final (DEPFI).

**Objetivo da Contratação:** O objetivo da contratação é assegurar a disponibilidade de um sabonete antisséptico eficaz, validado para uso em ambientes controlados, capaz de reduzir a carga microbiana das mãos dos colaboradores antes de sua entrada nas áreas limpas. O insumo garante a conformidade com os procedimentos operacionais internos, requisitos regulatórios e padrões sanitários aplicáveis a processos de fabricação asséptica.

### Relevância Científica e Estratégica:

O uso de sabonete antisséptico adequado é um componente crítico da estratégia de barreira para prevenção da contaminação em processos de envase asséptico. A produção da Vacina Febre Amarela (atenuada) 05 doses, requer rigoroso controle microbiológico e ambiental, sendo que a higienização correta das mãos é um dos pontos-chave de controle previstos nas legislações vigentes (ANVISA, OMS e guias de BPF).

Além de reforçar a biossegurança do processo, o insumo contribui para a manutenção da confiabilidade operacional e para a mitigação de riscos associados à produção de imunobiológicos essenciais para a saúde pública. Sua utilização estratégica assegura a continuidade do processo produtivo sem desvios de qualidade, preservando a disponibilidade do produto final para o Programa Nacional de Imunizações (PNI).

### JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:

A marca JOHNSON DIVERSEY é a única que atende as especificações necessárias, visto que foi utilizada nos processos validados com resultados satisfatórios. Sendo assim, torna-se necessária a aquisição dos materiais da marca JOHNSON DIVERSEY, uma vez que é a única que atende a padronização/uniformização de técnicas, protocolos e resultados, não havendo fonte alternativa para aquisição dos mesmos.

**ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:** As quantidades solicitadas são necessárias pois as limpeza, desinfecção em áreas limpas é realizado em todo o processo, sendo necessário para cumprimento do cronograma de produção e do atendimento ao Programa Nacional de Imunização.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUCIO VENTURA DA SILVA, Chefe de Departamento**, em 27/11/2025, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5671804** e o código CRC **BA01D57F**.

Referência: Processo nº 25386.001633/2025-45	SEI nº 5671804
--	-------------------

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

### Identificação do Material:

Pedido de Compra: 221117

ITEM	DESCRIÇÃO
57766	DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026,DIVERSEY;BN 6KG

Atuando diretamente nas atividades de Saúde Pública do País, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos – deve, obrigatoriamente, cumprir regulamentos e adotar procedimentos operacionais padrão que garantam a integridade e a rastreabilidade dos resultados de todos os processos de desenvolvimento tecnológico, produção e controle de qualidade, em conformidade com os normativos expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Seguindo essa diretriz, e considerando a necessidade de operar e manter preventivamente e corretivamente os equipamentos, utilidades, sistemas supervisórios e instalações industriais localizadas no Campus da Fiocruz em Manguinhos/RJ, o Departamento de Manutenção de Bio-Manguinhos elabora anualmente o planejamento das demandas de materiais de consumo/componentes essenciais à conservação e funcionamento de todos os ativos da fábrica, de forma a garantir a disponibilidade operacional e o prolongamento de sua vida útil, em atendimento às metas pactuadas com o Ministério da Saúde para o fornecimento de Imunobiológicos, Biofármacos e Reagentes para Diagnósticos.

Devido às características industriais de nossas instalações, grande parte dos equipamentos e sistemas é submetida a desgaste acelerado decorrente do uso contínuo e de sua atuação direta nos processos produtivos. Os manuais dos fabricantes, bem como os planos de manutenção preventiva previstos em Procedimentos Operacionais Padrão, recomendam a aplicação periódica de lubrificantes, desengripantes e protetivos antiferrugens para preservar componentes mecânicos, evitar corrosão, assegurar mobilidade adequada e prevenir falhas operacionais, muitas delas com periodicidade semestral.

No contexto atual, Bio-Manguinhos dispõe de aproximadamente 4.900 m<sup>2</sup> de áreas produtivas classificadas em Grau “B” ou “C”, além de um parque de aproximadamente 10.777 equipamentos e sistemas de utilidades e de produção, sendo 5.371 relacionados às Utilidades e 5.406 diretamente vinculados às Linhas de Produção Industrial e ao Controle de Qualidade, todos submetidos às exigências da RDC nº 658/2022 da ANVISA. A manutenção adequada desses ativos é fundamental para assegurar a continuidade produtiva e o cumprimento dos padrões regulatórios nacionais e internacionais.

### Necessidade da Aquisição

#### Problema a ser resolvido:

O Desinfetante **Divosan BR080026**, produzido pela **Diversey**, é um sanitizante de alta eficiência, amplamente utilizado em ambientes industriais com exigência de controle microbiológico rigoroso. Sua formulação é adequada para:

- Desinfecção de superfícies e equipamentos em áreas classificadas;
- Redução de carga microbiana em pisos, bancadas, paredes e pontos críticos de produção;
- Prevenção de contaminação cruzada e riscos sanitários;

- Higienização de áreas de utilidades, apoio técnico e circulação controlada;

Cumprimento das exigências de Boas Práticas de Fabricação e dos Procedimentos Operacionais Padrão vigentes.

A falta deste produto comprometeria diretamente a higienização regulatória das áreas industriais, podendo resultar em não conformidades críticas, contaminação ambiental e risco de interdição produtiva, além de representar descumprimento dos padrões sanitários obrigatórios.

**Local de uso:**

Áreas classificadas, instalações industriais, áreas de utilidades e demais dependências do Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

**Objetivo da contratação:**

Garantir a continuidade das rotinas de higienização e sanitização necessárias para manter as condições de operação dos ambientes fabris, assegurando conformidade regulatória, mitigação de riscos microbiológicos e manutenção do estado de controle das áreas produtivas.

**Relevância Científica e Estratégica**

A higienização adequada dos ambientes industriais é elemento crítico para garantir a segurança dos produtos imunobiológicos, biofármacos e reagentes para diagnóstico. A não utilização de sanitizantes adequados pode impactar diretamente:

- a classificação das áreas produtivas,
- a segurança microbiológica dos processos,
- a estabilidade das linhas de produção,
- e o cumprimento das exigências da ANVISA e da OMS.

Falhas na sanitização podem acarretar interrupções produtivas, descarte de lotes, retrabalho, aumento de custos operacionais e risco de sanções regulatórias, o que compromete a missão institucional de abastecimento contínuo do Sistema Único de Saúde – SUS.

**Estimativa de Quantidades**

Com relação à quantidade estimada descrita na respectiva RCO, informamos que levamos em consideração o indicado pelo fabricante quanto ao desgaste por uso dos referidos componentes, bem como as necessidades de manutenção previstas para o Parque Fabril em 2026, em alinhamento com a programação de produção.

Adicionalmente, destacamos que nossas instalações e equipamentos possuem planos de manutenções preventivas estabelecidos por meio dos PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO (POP BP'x), nos quais é recomendado que determinados componentes sejam inspecionados e/ou substituídos semestralmente.\*\* A definição das quantidades solicitadas considerou:

- o histórico anual de uso dos insumos nas rotinas das áreas industriais;
- as recomendações técnicas de uso e diluição fornecidas pelos fabricantes;
- as rotinas previstas nos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs);
- a expansão produtiva planejada para 2026;
- a necessidade de manter estoque estratégico para atendimento imediato a sanitizações, ajustes



químicos, manutenções e ações emergenciais.



Documento assinado eletronicamente por **ADELMO BARBOSA BATISTA, Prestador(a) de Serviço**, em 03/12/2025, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA, Tecnologista em Saúde Pública**, em 03/12/2025, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5683567** e o código CRC **DA33F344**.

Referência: Processo nº 25386.001629/2025-87

SEI nº  
5683567

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

### Identificação do Material:

Pedido de Compra: 221116

Item/ Descrição:

57766 - DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026,DIVERSEY;BN 6KG

### Necessidade da aquisição:

A aquisição do insumo é essencial para Produção do biofármaco ETANERCEPT, no Laboratório Piloto de Eucariotos (LABPE). O material planejado contribui diretamente para a eficácia e estabilidade do produto e suas utilizações estão alinhadas com as estratégias institucionais de garantir a qualidade e eficácia dos produtos farmacêuticos fabricados.

O desinfetante Divosan (BR080026, Diversey, bombona 6 kg) é utilizado no Projeto Etanercept como agente químico para limpeza e desinfecção de ambientes, superfícies e equipamentos de apoio às atividades laboratoriais e produtivas. Esse insumo é empregado na sanitização de salas limpas, áreas classificadas, bancadas, pisos, paredes e superfícies de trabalho, bem como na higienização de equipamentos e utensílios não críticos, conforme os procedimentos operacionais padrão. Sua utilização é essencial para o controle microbiológico ambiental, prevenindo contaminações que possam comprometer culturas celulares e etapas sensíveis do processo produtivo. Dessa forma, o Divosan contribui para a segurança operacional, a integridade do processo, a manutenção da qualidade do biofármaco Etanercept e o atendimento às exigências de Boas Práticas e aos requisitos regulatórios aplicáveis.

### Justificativa da Escolha de Marca Específica:

A manutenção das marcas utilizadas ao longo do projeto é um fator determinante para assegurar a reprodutibilidade do processo, evitar riscos regulatórios e proteger a qualidade do produto final. Trata-se de uma prática que sustenta a integridade técnica e operacional da transferência de tecnologia e garante que o conhecimento transferido seja aplicado de forma fiel e eficaz.

Os resultados satisfatórios foram alcançados utilizando a marca DIVERSEY, ratificando assim o histórico de qualidade e ausência de variação, e aprovada pelo parceiro tecnológico referente a Transferência de Tecnologia do Projeto Etanercept, conforme Fundamentação Legal Contrato Nº 27/2019 com os parceiros privados Samsung Bioepis e Bionovis S.A. Esse alinhamento é essencial para garantir a inalterabilidade dos resultados e a manutenção do rigor no controle de qualidade.

### Pré-qualificação ou Padronização:

Não se aplica.

## Estimativa de Quantidades:

A quantidade das matérias primas requisitadas foi calculada com base na projeção da produção que será realizada no LABPE e nas especificações utilizadas no processo de fabricação para atendimento ao Projeto Etanercepte e as atividades essenciais do Laboratório Piloto de Eucariotos (LABPE). A quantidade também considera margens de segurança para eventuais ajustes de processo.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO MEDEIROS GONCALVES, Tecnologista em Saúde Pública**, em 18/12/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5751884** e o código CRC **A4D96BA7**.

Referência: Processo nº 25386.001631/2025-56

SEI nº  
5751884

Gestor: BIO  
Versão 02-outubro/2024

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Contrato 26/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
26/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	THAIS CAMPOS PEREIRA ASSUMPCAO	04/05/2026 10:13 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.002421/

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 25386.002421/2025-85)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) .....  
E .....

A Fundação Oswaldo Cruz , por intermédio do(a) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos , com sede no(a) Av . Brasil , 4365 na cidade do Rio de Janeiro - RJ , inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30 neste atorepresentado(a) pelo(a) Diretora , Sra Rosane Cuber Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 547, de 17 de Junho de 2025, publicada no DOU de 23 de Junho de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 1353412, doravante denominado CONTRATANTE,, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], [A2] tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico* nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de itens das marcas chemitec, diversey/divosan , nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A3]
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data da assinatura aposta no documento contratual em função da tramitação eletrônica, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx) .

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato



### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

*13.1.1. . Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

*13.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

*13.2.1. . ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

*.13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A1]*

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

*15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em XXXXX, Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ROSANE CUBER GUIMARAES**

Autoridade competente

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Ata de Registro de Preços 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	THAIS CAMPOS PEREIRA ASSUMPCAO	04/05/2026 10:20 (v 0.4)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.002421/2025-85

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº25386.002421/2025-85

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O(A) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos com sede no(a) Avenida Brasil, 4365- Bairro: Manguinhos - Cep: 21.040-900, na cidade de Rio de Janeiro- RJ inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora Sra. Rosane Cuber Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 547, de 17 de junho de 2025, publicada no DOU de 23 de junho de 2025, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 2, em 24/01/2024 , portadora da Matrícula Funcional nº 1353412, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 25386.002421/2025-85, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de aquisição de desinfetantes das marcas chemitec e diversey/divosan e gel alcoolico e sabonete líquido das marcas diversey. , especificado(s) no(s) itens 01 a 04 do Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação n.º xxxx/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[A1] , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2] , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:

Endereço:

Telefone:

CNPJ: Inscrição estadual:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca  (se exigida no edital)	Modelo  (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. *Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]*

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições

inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

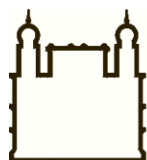
Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

### 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ROSANE CUBER GUIMARAES**

Autoridade competente



## **Especificações:**

---

### Item : 1

Material: DESINFETANTE AMONIA QUATERN;50%;QUATERMON,CHEMITEC;CX12FR  
DESINFETANTE À BASE DE AMÔNIA QUATERNÁRIA; REF QUATERMON 50%, CHEMITEC; FR 1L; CAIXA  
COM 12 FRASCOS\*\*\*\*\*

DESINFETANTE À BASE DE AMÔNIA QUATERNÁRIA 50%

Cada 100ml do produto contem:

- Cloreto de Benzalcônio: 50g

- Veículo q.s.p: 100ml

Utilização: limpeza dos acessórios contaminados do equipamento de extração

Qiagen-MDX.

### Condições Especiais:

- No ato da entrega do material é necessária a apresentação de cópia do Certificado de Análise e/ou Certificado de Esterilidade, dentro do prazo de validade, contendo todos os testes e especificações necessários à liberação do material.

- Prazo de validade: mínimo de 9 (nove) meses, que é o mínimo aceitável para viabilizar a produção e entrega, por parte de Bio-Manguinhos, do kit aos serviços de hemoterapia.

(Sandra, em 14/09/2010)

### NOTA:

CONFORME ALINHADO COM A SRª CAMILE BULCÃO E NILENE DE LIMA OS PEDIDOS DE COMPRA PARA ESTE ITEM DEVEM SER MÚLTIPLOS DE 12..

(FELIPE SILVA, EM 12/05/2015)

### Item : 2

Material: GEL,ALCOOLICO;70%;REFIL;100872527,JOHNSON DIVERSEY;CX6UN

- GEL,ALCOOLICO;70%;REFIL;100872527,JOHNSON DIVERSEY;CX6UN

- GEL ALCOÓLICO PARA ANTISSÉPSIA DAS MÃOS CONTENDO 70% DE ÁLCOOL ETÍLICO EM SUA COMPOSIÇÃO COMO PRINCÍPIO ATIVO, BEM COMO, MIRISTATO DE ISOPROPILA, POLÍMERO CRUZADO DE ACRILATO C10-30 E ACRILATO DE ALQUILA, GLICERINA, TRIETANOLAMINA E ÁGUA;

- GEL INCOLOR, LIMPIDO COM VARIAÇÃO DE PH ENTRE 6,0 A 8,0;

- SOLÚVEL EM ÁGUA;

- AÇÃO COMPROVADA ATRAVÉS DE CERTIFICADO DE ENSAIO EMITIDO POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PARA CEPAS ATCC DE: STAPHYLOCOCCUS AUREUS, PSEUDOMONAS AERUGINOSA, SALMONELLA CHOLERAESUIS E ESCHERICHIA COLI;

- SECAGEM RÁPIDA DISPENSANDO ENXÁGUE E O USO DE TOALHAS;

- POSSUI REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA A FINALIDADE A QUE SE DESTINA.

- EMBALAGEM PRIMÁRIA: REFIL 800ML;

- EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA COM 6 REFIS.

- REFERÊNCIA COMERCIAL: 100872527, JOHNSON DIVERSEY;

- UTILIZAÇÃO: DISPENSADOR DE LÍQUIDOS, BR800025666, JOHNSON DIVERSEY.

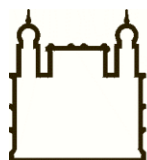
- O FORNECEDOR DEVE ENTREGAR, JUNTO COM O PRODUTO, O CERTIFICADO DE ANÁLISE PARA CADA LOTE FORNECIDO.

### CONDIÇÃO ESPECIAL:

NO ATO DO RECEBIMENTO NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DA VIDA ÚTIL (VALIDADE).

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO;

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia  
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Data : 04/05/2026

Folha : 2 / 10

NOTA:  
A EMA0001\_001MAN PODE SER VISUALIZADO CLICANDO-SE NO ÍCONE ANEXO, ONDE DEVE SER DIGITADO "36026 EMA". CLICAR NA SETA AO LADO DIREITO DO CAMPO DOCUMENTO ANEXO E DEPOIS EM "VISUALIZAR"

			ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL DE APOIO
ÁLCOOL GEL 70% P/P			
UO RESP.: DEGAQ DIDOC	Número: EMA0001_001MAN	Visualização PDF - Confidencial	

#### 1- NOME DO MATERIAL DE APOIO

Álcool gel 70% p/p.

#### 2- CÓDIGO INTERNO

Tabela 01- Códigos internos do álcool gel 70% p/p.

APRESENTAÇÃO	CÓDIGO ATUAL	CÓDIGO ANTERIOR
Embalagem primária em refil de 800mL para uso em dispensador de líquidos – higienizadores	36026	N/A

#### 3- REQUISITOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

Tabela 02- Características e critérios de aceitação de álcool gel 70% p/p.

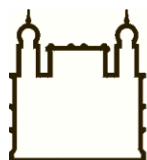
CARACTERÍSTICA DO MATERIAL	CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO	REFERÊNCIA	MÉTODO
Aspecto	Gel incolor e límpido	N/A	N/A
Princípio ativo	Álcool etílico	N/A	N/A
Solubilidade	Solúvel em água	N/A	N/A
pH	6,0 a 7,0	N/A	N/A
Densidade (a 25°C)	0,860 a 0,870 g/mL	N/A	N/A
Viscosidade (Spindle 3; Rotação 60 rpm)	> 8000 cP	N/A	N/A
Teor de etanol	70% ± 1,75%	N/A	N/A
Ação antimicrobiana em relação aos microorganismos: <i>Staphylococcus aureus</i> , <i>Escherichia coli</i> e <i>Pseudomonas aeruginosa</i> .	Eficaz na eliminação dos microorganismos	RDC 35/2010 RDC 59/2010	N/A
Composição do álcool gel 70% p/p (mínima)	Álcool etílico, água, agente espessante, agente umectante	N/A	N/A

#### 4- CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E / OU ARMAZENAMENTO

O transporte do álcool gel 70% deve atender às exigências aqui definidas, considerando os respectivos riscos e os critérios de classificação, com base no tipo de risco que apresenta e conforme as recomendações para o transporte de produtos perigosos da ONU e da Resolução nº 5.947, de 1º de junho de 2021 - transporte rodoviário de produtos perigosos.

O motorista deve ter conhecimento do material a ser transportado, conhecer as regulamentações, e estar munido de CRVL - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, C.N.H – Carteira Nacional de Habilitação e MOPP - Movimentação de Produtos Perigosos. O motorista deve utilizar equipamento de proteção individual - EPI (capacete de segurança, luvas de segurança de material compatível com o produto transportado e óculos de segurança tipo ampla visão), conforme especificado na ABNT NBR 9735:2020 – conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos.

Data de Ativação 04/05/2023	Data de validade 04/05/2028	Cód. SIGDA 030.03	Página 1/4
--------------------------------	--------------------------------	----------------------	---------------



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia  
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Data : 04/05/2026

Folha : 3 / 10

 Ministério da Saúde FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz	 Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos	PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO BPx
Visualização PDF - <b>Confidencial</b>	ÁLCOOL GEL 70% P/P	

Todo o pessoal envolvido deve ter condições de identificar claramente o tipo de material e os riscos envolvidos antes de movimentá-lo.

Para realizar o transporte do álcool gel 70% a empresa embarcadora deve disponibilizar a documentação necessária para a legalização do transporte, conforme Lei nº 96.044/88, no qual os veículos transportadores devem trafegar obrigatoriamente com posse dos documentos referentes à carga, que se dividem em: ficha de emergência, nota fiscal do produto transportado e envelope de transporte.

O caminhão utilizado deve ser adequado para o transporte do álcool gel 70%, possuir tacógrafo, simbologia de risco e painel de segurança e o conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos (jogo de ferramentas, 02 calços de material antifascante, cones – 04 (quatro) cones para sinalização da via, que atendam à ABNT NBR 15071) e 01 (um) extintor de pó 4-A:30-B:C ou 30-B:C, conforme ABNT NBR 9735:2020.

Armazenar o produto em local ventilado, afastado de fontes de calor e ignição.

Manter o recipiente adequadamente fechado e à temperatura ambiente. Armazená-lo devidamente identificado e em local exclusivo para produtos de limpeza.

As embalagens devem possuir resistência suficiente para permitir o empilhamento e armazenamento sem sofrer deformações. O empilhamento das embalagens deve seguir as orientações de número máximo recomendado pelo fabricante.

**CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTOS ADEQUADAS:** Quando em tanques, o local deve ser isolado, cercado, sinalizado e com acesso somente a pessoas autorizadas. Deve possuir escoamento para o sistema de contenção. Em tambores, o local deve ser ventilado, protegido contra intempéries e livre de fontes de calor ou ignição. O piso deve ser impermeável e possuir escoamento para bacia de contenção. Equipamentos elétricos devem ser à prova de explosão. Os tambores devem ser identificados e mantidos longe dos produtos incompatíveis.

**CONDIÇÕES A EVITAR:** Armazenamento próximo a produtos incompatíveis, fontes de calor e ignição, locais úmidos e expostos ao sol.

**PRODUTOS E MATERIAIS INCOMPATÍVEIS:** Não armazenar o produto com materiais explosivos, tóxicos, substâncias oxidantes, corrosivas, peróxidos orgânicos, materiais de combustão espontânea, materiais radioativos, ácido permangânico, ácido sulfúrico, ácido nítrico, nitrato de prata, óxido fosfórico, brometo de acetila, cáusticos, aminas alifáticas e isocianatos.

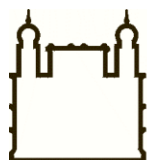
## 5- CONDIÇÕES DE ACONDICIONAMENTO E IDENTIFICAÇÃO

Os recipientes nos quais o álcool gel 70% forem mantidos devem ser sinalizados pelo fabricante com pictogramas de substância inflamável (GHS02) e de substância irritante (GHS07), com o logotipo do próprio fabricante.

As medidas de primeiros socorros, de combate a incêndio, de controle para derramamento ou vazamento etc., devem estar disponíveis e ser consultadas na Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), bem como as condições de armazenamento/segregação das bombonas de álcool 70% em relação a outros produtos químicos incompatíveis, que deverão ser respeitadas. As áreas de Bio-Manguinhos que forem armazenar o produto in loco deverão fazê-lo em armário de segurança próprio para produtos inflamáveis segregando-o de outros produtos incompatíveis conforme orientação da FISPQ.

A FISPQ do produto deverá estar disponível para o acesso de todos os colaboradores que participarem de toda a cadeia de armazenamento ou que forem manipulá-lo em área produtiva/administrativa.





Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia  
em Imunobiológicos

**Bio-Manguinhos**

Data : 04/05/2026  
Folha : 4 / 10

 Ministério da Saúde FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz	 Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos	<b>PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO BPx</b>
<b>Visualização PDF - <span style="color: red;">Confidencial</span></b>		<b>ÁLCOOL GEL 70% P/P</b>

A manipulação e acondicionamento do álcool etílico em gel 70% em Bio-Manguinhos deverá ser feito de acordo com os preceitos do programa de gestão de produtos químicos do instituto.

O descarte dos resíduos do produto, bem como de suas embalagens devem se dar de acordo com procedimentos internos de Bio-Manguinhos para manejo de resíduos químicos de produtos tipificados como perigosos.

## 6- REFERÊNCIA DE AMOSTRAGEM

Como o item não passa por análise de controle de qualidade, a referência normativa para amostragem, não é aplicável.

## 7- VALIDADE

A validade do fabricante deve estar descrita no certificado do fabricante, bem como na embalagem do produto.

## 8- DADOS COMPLEMENTARES

Deve ser entregue pelo fornecedor os certificados/laudos físico-químicos e microbiológicos, bem como certificado/laudo de eficácia do agente antisséptico na eliminação dos microrganismos: *Staphylococcus aureus*, *Escherichia coli* e *Pseudomonas aeruginosa*.

O produto deve ser registrado junto a Anvisa/MS e o fornecedor deve comprovar este número de registro, seja no rótulo do produto, seja no certificado de análise, seja em outro documento similar a estes.

O fornecedor deve fornecer certificado de análise que ateste o atendimento aos critérios de aceitação (item 3), bem como observar e cumprir com os requisitos estabelecidos nas resoluções:

- 1- RDC nº 35, de 16 de agosto de 2010, que defini, classifica e regulamenta as condições para o registro e rotulagem para os produtos com ação antimicrobiana de uso em assistência à saúde para artigos críticos e semicríticos a serem comercializados;
- 2- RDC nº 59, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes e dá outras providências.

O fornecedor deve enviar em formato eletrônico a última versão atualizada da Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ) do produto.

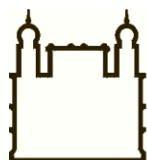
## 9- HISTÓRICO

Tabela 03- Histórico de alterações

Rev.	Item	Alteração	Motivo
000	Todos	Emissão inicial.	N/A
001	3	Tabela 2: - Inserção de teor de etanol; - Alteração do critério de aceitação de pH: da faixa 6,0 a 8,0 para 6,0 a 7,0; - Alteração do critério de aceitação de Densidade: da faixa 0,855 a 0,885 g/mL para 0,860 a 0,870 g/mL; - Alteração do critério de aceitação de viscosidade: da faixa 1240 a 1760 cP para > 8000 cP.	Adequação
001	6 e 7	Adequação à máscara EMA, conforme anexo 0001_000 do PBP3702_000MAN. Inserção de informações sobre condições de transporte, de acondicionamento e de identificação, itens 6 e 7.	Adequação

EMA0001\_001MAN

Página  
3/4



Item : 3

Material: DESINFETANTE;DIVOSAN;BR080026,DIVERSEY;BN 6KG

DESINFETANTE;ACIDO PERACETICO 15%;DIVOSAN,DIVERSEY;BR080026;BN 6KG

DESINFETANTE À BASE DE ÁCIDO PERACÉTICO 15%

PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

REFERÊNCIA COMERCIAL: DIVOSAN FORTE, JOHNSON DIVERSEY, BR080026

BOMBONA EM PLÁSTICO COM 6KG

CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS

ASPECTO LÍQUIDO LÍMPIDO

COR INCOLOR

CARACTERÍSTICA DO MATERIAL CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO REFERÊNCIA MÉTODO

CONCENTRAÇÃO DE ÁCIDO PERACÉTICO: 14,1% A 15,9% CONFORME RDC Nº 59, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010, ANEXO I.

CONDIÇÃO DE ARMAZENAGEM SEGURA, INCLUINDO EVENTUAIS INCOMPATIBILIDADES:

ARMAZENAR O ITEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO LOCAL E NACIONAL,

CONSERVAR UNICAMENTE NO RECIPIENTE DE ORIGEM,

ARMAZENAR EM RECIPIENTE FECHADO,

ARMAZENAR EM LOCAL BEM VENTILADO,

CONSERVAR EM AMBIENTE FRESCO,

MANTER AFASTADO DO CALOR E DE LUZ SOLAR DIRETA,

CONSERVAR EM UMA TEMPERATURA QUE NÃO EXCEDA 35°C.

CONDIÇÕES ESPECIAIS:

- O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E O CERTIFICADO DE ANÁLISE, DO FABRICANTE, EMITIDO PARA CADA

LOTE FABRICADO;

- NO ATO DO RECEBIMENTO NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DA VIDA ÚTIL (VALIDADE).

- TODO PRODUTO DEVE SER IDENTIFICADO POR RÓTULO, CONFORME EXIGIDO PELA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

- MATERIAIS SUJEITOS A CONTROLE PELA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

(ANVISA) REQUEREM A APRESENTAÇÃO DO REGISTRO

DO PRODUTO JUNTO À ANVISA OU ÓRGÃO COMPETENTE.

- NO ATO DA ENTREGA OU PREVIAMENTE A ESTA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ -

FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA

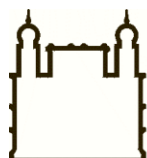
DE PRODUTOS QUÍMICOS ? ATUALIZADA PELO FORNECEDOR, CONFORME DETERMINA O ART. 9 DO ANEXO LX DO DECRETO Nº

10.088/2019. DE PREFERÊNCIA JÁ EM FORMATO DIGITAL PARA FACILITAR SUA INSERÇÃO NO SISTEMA FLUIG.

O EMA0011\_001MAN PODE SER VISUALIZADO CLICANDO-SE NO ÍCONE ANEXO, ONDE DEVE SER DIGITADO "57766 EMA". CLICAR NA SETA AO LADO DIREITO DO CAMPO DOCUMENTO ANEXO.

(RAFAELA D EOLIVEIRA, EM 11/08/2023)





Ministério da Saúde



**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia  
em Imunobiológicos

**Bio-Manguinhos**

Data : 04/05/2026  
Folha : 6 / 10

 Ministério da Saúde Fundação Oswaldo Cruz	 Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos	<b>ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL DE APOIO</b>
<b>ESPORICIDA CONCENTRADO</b>		
<b>UO RESP.: DEGAQ DIDIQ/SEPMQ</b>	<b>Número: EMA0011_001MAN</b>	<b>Visualização PDF - Confidencial</b>

#### 1- NOME DO MATERIAL DE APOIO

Esporicida concentrado.

#### 2- CÓDIGO INTERNO

Tabela 01 - Código interno e apresentação.

APRESENTAÇÃO	CÓDIGO ATUAL	CÓDIGO ANTERIOR
Bombona 6kg	57766	Não aplicável

#### 3- REQUISITOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

Tabela 02 - Requisitos qualitativos e quantitativos

CARACTERÍSTICA DO MATERIAL	CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO	REFERÊNCIA	MÉTODO
Aspecto/Cor	Líquido incolor	Farmacopeia Europeia. <2.2.2> Degree of Coloration of Liquids. Data de implementação: 01/2021	MTA0196 (Versão vigente)
Teor de peróxido de hidrogênio (%)	Resultado informativo	Não aplicável	MTA0196 (Versão vigente)
Teor de ácido peracético (%)	14,1% a 15,9%	RDC Nº 59, de 17 de dezembro de 2010, Anexo I.	MTA0196 (Versão vigente)

#### 4- CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E / OU ARMAZENAMENTO

O transporte do esporicida concentrado deve atender às exigências aqui definidas, considerando os respectivos riscos e os critérios de classificação, com base no tipo de risco que apresenta e conforme as recomendações para o transporte de produtos perigosos da ONU e da Resolução nº 5.998, de 3 de novembro de 2022 - transporte rodoviário de produtos perigosos.

O motorista deve ter conhecimento do material a ser transportado, conhecer as regulamentações, e estar munido de CRVL - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, C.N.H - Carteira Nacional de Habilitação e MOPP - Movimentação de Produtos Perigosos. O motorista deve utilizar equipamento de proteção individual - EPI (capacete de segurança, luvas de segurança de material compatível com o produto transportado e óculos de segurança tipo ampla visão), conforme especificado na ABNT NBR 9735:2020 - conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos.

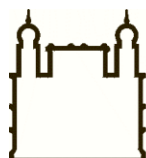
Todo o pessoal envolvido deve ter condições de identificar claramente o tipo de material e os riscos envolvidos antes de movimentá-lo.

O caminhão utilizado deve possuir tacógrafo, simbologia de risco e painel de segurança e o conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos (jogo de ferramentas, 02 calços de material antifaísca, cones - 04 (quatro) cones para sinalização da via, que atendam à ABNT NBR 15071) e 01 (um) extintor de pó 4-A:30-B:C ou 30-B:C, conforme ABNT NBR 9735:2020.

Manter o recipiente adequadamente fechado e à temperatura ambiente.

As embalagens devem possuir resistência suficiente para permitir o empilhamento e armazenamento sem sofrer deformações. O empilhamento das embalagens deve seguir as orientações de número máximo recomendado pelo fabricante.

<b>Data de Ativação</b> 25/04/2024	<b>Data de validade</b> 25/04/2029	<b>Cód. SIGDA</b> 013.1	<b>Página</b> 1/4
---------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------	----------------------



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia  
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Data : 04/05/2026

Folha : 7 / 10

 Ministério da Saúde FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz	 Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL DE APOIO
Visualização PDF - <b>Confidencial</b>	ESPORICIDA CONCENTRADO	

Condições a evitar: Armazenamento próximo a produtos incompatíveis, fontes de calor e ignição, locais úmidos e expostos ao sol.

Produtos e materiais incompatíveis: Reage com alcalinos e metais. Manter afastado de produtos contendo agentes de branqueamento à base de cloro ou sulfitos.

#### 5- CONDIÇÕES DE ACONDICIONAMENTO E IDENTIFICAÇÃO

Os recipientes nos quais o esporicida concentrado forem mantidos devem ser sinalizados pelo fabricante com pictogramas de substância inflamável (GHS02), substância corrosiva (GHS05), substância irritante (GHS07) e substâncias nocivas ao meio aquático (GHS09), com o logotipo do próprio fabricante.

As medidas de primeiros socorros, de combate a incêndio, de controle para derramamento ou vazamento etc., devem estar disponíveis e ser consultadas na Ficha com Dados de Segurança (FDS), bem como as condições de armazenamento/segregação das bombonas de esporicida concentrado em relação a outros produtos químicos incompatíveis, que deverão ser respeitadas. As áreas de Bio-Manguinhos que forem armazenar o produto in loco deverão fazê-lo em armário de segurança próprio para produtos inflamáveis segregando-o de outros produtos incompatíveis conforme orientação da FDS.

A FDS do produto deverá estar disponível para o acesso de todos os colaboradores que participarem de toda a cadeia de armazenamento ou que forem manipulá-lo em área produtiva/administrativa.

A manipulação e acondicionamento do esporicida concentrado em Bio-Manguinhos deverá ser feito de acordo com os preceitos do programa de gestão de produtos químicos do instituto.

O descarte dos resíduos do produto, bem como de suas embalagens devem se dar de acordo com procedimentos internos de Bio-Manguinhos para manejo de resíduos químicos de produtos tipificados como perigosos.

#### 6- REFERÊNCIA DE AMOSTRAGEM

Amostragem segue os critérios estabelecidos pela norma 5426 ABNT, Nível geral de Inspeção II Amostragem Simples.

Para a definição do volume ou massa de fracionamento da amostra que será enviada para o laboratório, considerar a Metodologia Analítica especificado do item.

#### 7- VALIDADE

A validade do item deve ser declarada no certificado do fabricante, bem como no rótulo do produto.

#### 8- DADOS COMPLEMENTARES

O fornecedor deverá apresentar especificação do produto e o certificado de análise, do fabricante, emitido para cada lote fabricado.

No ato do recebimento não será aceito material que tenha ultrapassado 1/3 (um terço) da vida útil (validade).

Todo produto deve ser identificado por rótulo, conforme exigido pela legislação sanitária vigente.

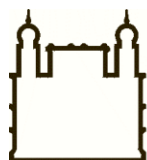
Materiais sujeitos a controle pela agência nacional de vigilância sanitária (Anvisa) requerem a apresentação do registro do produto junto à Anvisa ou órgão competente.

No ato da entrega ou previamente a esta, é necessário o fornecimento da FISPQ, Ficha de informações de segurança de produtos químicos, atualizada pelo fornecedor, conforme determina o art. 9 do anexo LX do decreto nº 10.088/2019, na versão física e no formato digital para facilitar sua inserção no sistema Fluig.

#### 9- HISTÓRICO

Tabela 03 – Histórico de alterações

Rev.	Item	Alteração	Motivo
000	Todos	Versão inicial	CMB-00494/2023MAN



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia  
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Data : 04/05/2026

Folha : 8 / 10

Item : 4

Material: SABONETE, LIQ; ANTISSEPTICO; 101109648, JOHNSON DIVERSEY; CX 6UN  
SABONETE LÍQUIDO ANTISSEPTICO COM ÁCIDO LÁTICO COM CONCENTRAÇÃO DE 2,05 A 2,27%;  
REFERÊNCIA 101109648, JOHNSON DIVERSEY; CX 6UN

ASPECTO LÍQUIDO TRANSLÚCIDO

PH A 25°C DE 3,2 A 3,6;

DENSIDADE A 25°C DE 1,01 A 1,03 G/ML;

VISCOSIDADE A 25°C DE 500 A 1000 CPS;

CONCENTRAÇÃO PERCENTUAL DE ÁCIDO LÁTICO 2,05 A 2,27%;

PSEUDOMONAS AERUGINOSA EM 1G OU ML AUSENTE;

STAPHYLOCOCCUS AUREUS EM 1G OU ML AUSENTE;

COLIFORMES TOTAIS E FECAIS EM 1G OU ML AUSENTE;

EMBALAGEM PRIMÁRIA: REFIL 800ML;

EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA COM 6 UN

UTILIZAÇÃO: DISPENSADOR DE LÍQUIDOS, BR800025666, JOHNSON DIVERSEY;

NÃO ARMAZENAR PRÓXIMO DE SUBSTÂNCIAS ALCALINAS.

CONSERVAR SOMENTE NO RECIPIENTE ORIGINAL.

O ITEM DEVE SER SUBMETIDO A ANÁLISE DE CERTIFICADO DO FABRICANTE PELA SEAMO - SEÇÃO DE AMOSTRAGEM.

A VALIDADE DEVE ESTAR CLARAMENTE INDICADA NA EMBALAGEM.

NO ATO DO RECEBIMENTO NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DA VIDA ÚTIL (VALIDADE)

DADOS COMPLEMENTARES

EMBALAGEM PRIMÁRIA EM REFIL (SACHÊ) PARA USO EM DISPENSADORES DE PAREDE.

EXIGIR CERTIFICADO DE ANÁLISE QUE ATESTE O ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO PARA CADA LOTE PRODUZIDO.

EXIGIR DO FORNECEDOR O REGISTRO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA/MS, DEVENDO APRESENTAR O NÚMERO CORRESPONDENTE NO RÓTULO

DO PRODUTO, NO CERTIFICADO DE ANÁLISE OU EM DOCUMENTO EQUIVALENTE QUE COMPROVE SUA REGULARIZAÇÃO.

EXIGIR A APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE QUE COMPROVE A EFICÁCIA

MICROBIOLÓGICA DO PRODUTO, EMITIDO POR LABORATÓRIO DEVIDAMENTE ACREDITADO CONFORME AS NORMAS ISO/IEC 17025 OU NBR ISO 17034. O ENSAIO DEVE DEMONSTRAR ATIVIDADE

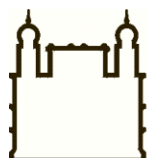
ANTIMICROBIANA FRENTE ÀS CEPAS DE REFERÊNCIA DA AMERICAN TYPE CULTURE COLLECTION



(ATCC), STAPHYLOCOCCUS AUREUS (ATCC 6538), ESCHERICHIA COLI (ATCC 8739) E

PSEUDOMONAS AERUGINOSA (ATCC 9027)

O EMA PODE SER VISUALIZADO CLICANDO-SE NO ÍCONE ANEXO, ONDE DEVE SER DIGITADO "64854 EMA". CLICAR NA SETA AO LADO DIREITO DO CAMPO DOCUMENTO ANEXO E DEPOIS EM

"VISUALIZAR"



 Ministério da Saúde FUNDAÇÃO FUNDADOR Fundação Oswaldo Cruz	 Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL DE APOIO
SABONETE LÍQUIDO ANTISSEPTICO		
UO RESP.: DEGAQ DIDIQ/SEPMQ	Número: EMA0003_003MAN	Visualização PDF - Confidencial

**1- NOME DO MATERIAL DE APOIO**

Sabonete líquido antisséptico.

**2- CÓDIGO INTERNO**

Tabela 1 - Códigos

APRESENTAÇÃO	CÓDIGO ATUAL	CÓDIGO ANTERIOR
Sachê	Não aplicável	Não aplicável

**3- REQUISITOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS**

Tabela 2 – Requisitos

CARACTERÍSTICA DO MATERIAL	CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO	REFERÊNCIA	MÉTODO
Aspecto	Líquido translúcido	n/a	Análise de certificado do fabricante
Cor	Incolor	n/a	
pH a 25°C	3,2 - 3,6	n/a	
Densidade a 25°C	1,01 a 1,03 g/mL	n/a	
Viscosidade a 25°C	500 a 1000 cPs	n/a	
Concentração percentual de ácido láctico	2,05 - 2,27%	n/a	
<i>Pseudomonas aeruginosa</i> em 1g ou mL	Ausente	RDC 907/2024	
<i>Staphylococcus aureus</i> em 1g ou mL	Ausente		
<i>Coliformes totais e fecais</i> em 1g ou mL	Ausente		

**4- CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E / OU ARMAZENAMENTO**

Não armazenar próximo de substâncias alcalinas.

Conservar somente no recipiente original.

**5- CONDIÇÕES DE ACONDICIONAMENTO E IDENTIFICAÇÃO**

Não aplicável.

**6- REFERÊNCIA DE AMOSTRAGEM**

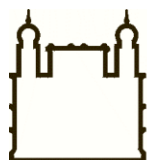
O item deve ser submetido a análise de certificado do fabricante pela SEAMO - Seção de amostragem.

**7- VALIDADE**

A validade deve estar claramente indicada na embalagem.

No ato do recebimento não será aceito material que tenha ultrapassado 1/3 (um terço) da vida útil (validade).





Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia  
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Data : 04/05/2026  
Folha : 10 / 10

 Ministério da Saúde FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz	 Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL DE APOIO
Visualização PDF - <b>Confidencial</b>	SABONETE LÍQUIDO ANTISSEPTICO	

#### 8- DADOS COMPLEMENTARES

- Embalagem primária em refil (sachê) para uso em dispensadores de parede.
- Exigir certificado de análise que ateste o atendimento aos critérios de aceitação (item3) para cada lote produzido.
- Exigir do fornecedor o registro do produto junto à Anvisa/MS, devendo apresentar o número correspondente no rótulo do produto, no certificado de análise ou em documento equivalente que comprove sua regularização.
- Exigir a apresentação do certificado de análise que comprove a eficácia microbiológica do produto, emitido por - laboratório devidamente acreditado conforme as normas ISO/IEC 17025 ou NBR ISO 17034. O ensaio deve demonstrar atividade antimicrobiana frente às cepas de referência da *American Type Culture Collection* (ATCC), a saber: *Staphylococcus aureus* (ATCC 6538), *Escherichia coli* (ATCC 8739) e *Pseudomonas aeruginosa* (ATCC 9027).

#### 9- HISTÓRICO

Tabela 3 - Alteração e motivo

Rev.	Item	Alteração	Motivo
00	N/A	- Emissão inicial.	N/A
01	Todos	- Atualização da máscara; - Modificação da composição (item 8); - Modificação dos critérios de aceitação (item 3).	Descontinuidade pelo fornecedor do sabonete líquido com princípio ativo Triclosan descrito na EMA0003_000MAN
02	NA	- Atualização da máscara;	Melhoria no documento
	03	- Modificação dos critérios de aceitação;	CMB0187/2025MAN
	08	- Modificação da composição;	LOG-0067/2024MAN
03	03	- Adequação a legislação RDC 0907/2024 - Modificação dos critérios de aceitação (viscosidade)	CMB0562/2025MAN LOG-0067/2025MAN LOG-0089/2025MAN
	08	- Melhoria no textual	Melhoria no documento

#### 10- ANEXOS

Não aplicável.

#### 11- LISTA DE APROVAÇÃO

##### 11.1- Editores Temporários

Não aplicável.

**Portaria da Diretoria Executiva**

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

**RESOLVE:****1.0 - PROPÓSITO**

Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

**2.0 - OBJETIVO****CAPÍTULO I****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. advertência;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

III. dar causa à inexecução total do contrato:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.

§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.

§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.

§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.

§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.

§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## CAPÍTULO II

### DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

#### Seção I

##### Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;

III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:

- a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
- b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
- c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.

V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

#### Seção II

##### Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das



condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

### CAPÍTULO III

#### DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

##### Seção I

###### Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.

Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.

Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios. Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.

Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:

I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;

II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;

III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;

IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;

V. Cópia de notas fiscais/fatura;

VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;

VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;

VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;

IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;

X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.

Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.

Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

##### Seção II

###### Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.

§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.

§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.

§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

### Seção III

#### Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.

Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:

I. os fatos;

II. os argumentos apresentados;

III. as provas eventualmente apresentadas;

IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;

V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e

VI. outras informações necessárias e pertinentes.

Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.

§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.

Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.

§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.

§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.

Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.

Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.

Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.

§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.

Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

#### CÁPITULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:

I. a reparação integral do dano causado;

II. o pagamento da multa aplicada;

III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.

Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.

Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

### 3.0 - VIGÊNCIA

Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA, Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

---

**Referência:** Processo nº 25380.006317/2025-10

SEI nº 5933953

## Anexo I

### Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

#### Dosimetria e Circunstâncias

Selecione as possíveis sanções/incisos:

**Impedimento**                      **IV**

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
<b>Total</b>		<b>5</b>	<b>16%</b>

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

As circunstâncias agravantes ou atenuantes		Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;		
	b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;	X	-4%
Agravantes (até 50%)	c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.		
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
Total			16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

**Anexo II**  
**Modelo de Comunicação Preliminar**

**Comunicação Preliminar**

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX

A/C: Sr. Representante Legal

Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

**COMUNICAÇÃO PRELIMINAR**

Prezado(a),

Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados: A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.

Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.

Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.

Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

- (a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
- (b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
- (c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
- (d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
- (e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

**Servidor**  
**SIAPE**



### Anexo III

#### Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

##### 1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: \_\_\_\_\_
- Objeto do Contrato: \_\_\_\_\_
- Processo Administrativo nº: \_\_\_\_\_
- Unidade Administrativa Responsável: \_\_\_\_\_
- Vigência do Contrato: // \_\_\_\_\_ até // \_\_\_\_\_  
Ou

##### 2. Identificação do Certame

- Número do Certame: \_\_\_\_\_
- Objeto: \_\_\_\_\_
- Item licitado: \_\_\_\_\_

##### 3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: \_\_\_\_\_
- CNPJ: \_\_\_\_\_
- Representante Legal: \_\_\_\_\_
- Telefone/E-mail: \_\_\_\_\_

##### 4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local da ocorrência: \_\_\_\_\_

Data da constatação pela fiscalização: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

##### 5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: // \_\_\_\_\_
- Local da Ocorrência: \_\_\_\_\_

- Tipo de Infração:

- ☐ Inexecução total/parcial do objeto
- ☐ Descumprimento de prazos
- ☐ Entrega de produto/serviço fora das especificações
- ☐ Conduta incompatível com a ética contratual
- ☐ Outros: \_\_\_\_\_

## 6. Descrição Detalhada da Infração

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

---

---

---

---

## 7. Dispositivos Afetados

Cláusula violada: \_\_\_\_\_

## 8. Evidências Comprobatórias

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

---

---

---

## 9. Tentativas de Solução

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

---

---

---

### 10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

---

---

---

### 11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

---

---

---

### 12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em // \_\_\_\_\_
- Prazo concedido para manifestação: \_\_\_\_\_ dias
- Resposta do fornecedor:

☐ Recebida em // \_\_\_\_\_

☐ Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

**13. Proposta de Sanção (se aplicável)**

- ☐ Advertência
- ☐ Multa contratual
- ☐ Suspensão temporária de participação em licitações
- ☐ Declaração de inidoneidade

Fundamentação: \_\_\_\_\_

**14. Responsável pela Constatação da Infração**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

SIAPE: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

De acordo da Autoridade Competente: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **Anexo IV**

#### **Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade**

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_\_\_.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

**Nome da autoridade**

**SIAPE**

**Cargo**

**Anexo V**  
**Notificação para defesa prévia**

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_\_\_

À EMPRESA xxxx LTDA.  
CNPJ: 00.000.000/0001-00  
RUA XXXXXXXX, Nº XXXX  
BAIRRO XXXXXXXX  
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº ..... de ...../...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

6. empresa contratada) apresentou justificativas em ...../...../....., bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

**Nome da autoridade**

**SIAPE**

**Cargo**

**ANEXO VI**  
**Aplicação de Penalidade**

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, \_\_ de \_\_\_\_ de 2\_\_.

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

RUA XXXXXXXX, Nº XXXX

BAIRRO XXXXXXXX

CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.
2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no



3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).
4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade

Cargo

